



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 031

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 031

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Projeto de Lei Complementar 12

Pequeno Expediente:

Dep. Beti Pavin 12

Dep. Professor Lemos 14

Dep. Antonio Belinati 14

Dep. Elio Rusch 16

Dep. Elton Welter 19

Dep. Antonio Anibelli 19

Grande Expediente:

Dep. Ney Leprevost 20

Dep. Luiz Eduardo Cheida 22

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 16

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Dr. Batista 25

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 26

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 29

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 30

Redação Final 41

2ª Discussão 41

Requerimentos 42

Encerramento da Sessão 43

DIÁRIO Nº 031

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 07 ABRIL DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Osmar Bertoldi e Ribas Carli Filho (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

OFÍCIO

Sob o nº CEE/G 022/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, encaminhando o Balanço Consolidado do Estado, acompanhado do Relatório de Execução física do Orçamento-Programa, relativos ao exercício de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 07/04/09.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estive ausente nas Sessões Plenárias dos dias 02 e 06 de abril, devido ao fato de ter assumido anteriormente compromissos com lideranças na Região de Maringá.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,
(a) DR. BATISTA

OFÍCIO 034/09

Curitiba, em 07/04/09.

Senhor Presidente:

o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, requer à Mesa Executiva a reserva do plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 29/04/09, das 8h30 às 12h, para realização de Audiência Pública para o lançamento da Frente Parlamentar das Comunidades Tradicionais, oportunidade em que se farão presentes representantes das comunidades tradicionais, Deputados desta Casa e autoridades estaduais.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Indicações

INDICAÇÃO Nº 351/09

SÚMULA:

Propõe recursos para a realização de obras de pavimentação asfáltica, com perfilado, na Rodovia Rural que liga o Patrimônio Nice, Município de Assis Chateaubriand à PR-364.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A destinação de recursos para a realização das obras de pavimentação asfáltica, na Rodovia Rural que liga o Patrimônio Nice, Município de Assis Chateaubriand à PR-364.

2 - A solicitação justifica-se considerando que o calçamento poliédrico existente naquela via pública está desnivelado, causando sérios transtornos para o tráfego de veículos.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 352/09

SÚMULA:

Sugere a aquisição de um micro-ônibus para o Município de Santo Antônio Caiuá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A aquisição de um microônibus para o Município de Santo Antônio Caiuá.

2 - A apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população Santo Antonio Caiuá, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 353/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Segurança a instalação de Delegacia da Mulher no Município de Fazenda Rio Grande.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Segurança, sugerindo ao mesmo a instalação de Delegacia da Mulher no Município de Fazenda Rio Grande.

Trata-se de reivindicação daquela comunidade, oportunizando atendimento especializado à mulher, atendendo às peculiaridades necessárias nesse trabalho.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 354/09

SÚMULA:

Solicita a criação da unidade de conservação de proteção integral do ecossistema de várzeas do Rio Iguaçu.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e o Ilmo. Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues - Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o que segue:

I - Que o Estado do Paraná, declare utilidade pública para fins de desapropriação as áreas do ecossistema várzeas da alta bacia do rio Iguaçu, localizada nos Municípios de Araucária, Contenda, Balsa Nova e Lapa, com uma extensão de 24 Km e uma área aproximada de 2 mil e 400 hectares.

II - Que na área indicada seja implantada uma unidade de conservação do grupo de proteção integral, conforme Lei Federal nº 9985 de 18/07/00.

III - Que a referida unidade de conservação de proteção integral fique sob a guarda, manutenção e conservação do Poder Público Estadual, que poderá utilizar as prerrogativas da Lei Federal nº 9985/00.

IV - Que o Poder Público elabore, aprove e implante o respectivo plano de manejo desta unidade de conservação de acordo com a Lei Federal nº 9985/00.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Alta bacia do rio Iguaçu desde a década dos anos 60 vem sendo explorada de forma constante e cada vez mais intensiva para retirada de argila e areia nas margens aluvionais deste ecossistema de várzeas aluvionais.

Essa exploração deixa impactos marcantes neste ecossistema, com a formação de grandes cavas, com profundidades variáveis e irregulares, propícias a formação de macrófitas e posterior pantanização. Mudando o ecossistema ripário para um ecossistema lacustre e pantanoso, mudando a flora e a fauna local, acabando com espécies autóctones locais como o Branquilha, Cambui e Espinheira-Santa.

Hoje o ecossistema várzeas do rio Iguaçu com extensão de 87 Km deste a Cidade de Balsa Nova até suas nascentes nos contrafortes da Serra do Mar, tem 2/3 comprometidos pela exploração mineira, nada restando do exuberante ecossistema, além das cavas com águas poluídas, propícias ao desenvolvimento de vetores que põem em risco nossa sociedade.

A proposta a quem em pauta, tem o propósito de implantar uma unidade de conservação de proteção numa extensão de 24 Km, desde as pontes velhas na Cidade de Araucária, até a ponte da Cidade de Balsa Nova, em uma área aproximada de 2 mil e 400 ha.

Esta é a última remanescente com importância ambiental para conservação e que hoje já tem comprometido 30% de sua área pela exploração minerária. É necessária uma ação determinante para que as últimas várzeas sejam conservadas e protegidas numa unidade de conservação.

Os Municípios onde a proposta se insere, nunca receberam por parte dos empreendimentos públicos ou privados uma ação determinante para o estabelecimento de uma unidade de conservação de tamanha dimensão na Região Metropolitana de Curitiba, apesar de estarem concentrados na RMC. Os empreendimentos tiveram que produzir estudos de impacto de meio ambiente, os quais precisam apresentar compensações ambientais conforme a Lei Federal nº 9985/00.

“Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta lei.”

§ 1º O montante de recursos a ser destinado pelo empreendedor para esta finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento, sendo o percentual fixado pelo órgão ambiental licenciador, de acordo com o grau de impacto ambiental causado pelo empreendimento.

§ 2º Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.

Assim acreditamos estar resgatando um direito das comunidades locais, que aqui sofrem os impactos diretos no meio ambiente, provocados pela operação destes empreendimentos, formando uma unidade de conservação que receberá recursos financeiros, principalmente da ampliação da Refinaria Getúlio Vargas - REPAR e outros empreendimentos que vierem a se estabelecer na região.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno,

REQUER destaque para a discussão e votação da Emenda nº 01 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 079/09, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER justificar ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 07 e 08 de abril do corrente ano, conforme o atestado médico.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 1405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Dyonísio Lopes, ocorrido no dia 01/04/09, no Município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Zélia Lopes de Silveira, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

É impossível definir em poucas palavras, com exatidão, a forma de ser do Sr. Dyonísio, que foi exemplo claro de uma vida vivida em intensidade. Natural de Irani, Santa Catarina, tornou-se marquesense de coração, quando comprou terras e abriu um comércio neste Município, trazendo sua família em 1964, ano de emancipação política de Capitão Leônidas Marques.

Casado com a Sra. Zélia Lopes da Silveira há 55 anos, juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos. Criaram com muito esmero e disciplina seus sete filhos: Soeli, Luis Carlos, Ceni, Roseli, Maria Lúcia, Jussara e Angelina.

Na política, filiou-se ao partido PMDB, pois não concordava com o regime da ditadura militar. Em 1968, foi eleito Vice-prefeito na chapa de Vitor Valendorf. Durante esse período, lutou incansavelmente em prol do Município, já que Capitão Leônidas Marques era nova e não possuía infraestrutura necessária. Mesmo assim, ultrapassou as dificuldades e conseguiu viabilizar a construção do Colégio Carlos Argemiro Camargo, da Escola Municipal Bom Jesus e de início a instalação da rede elétrica.

Mas suas ações não pararam por aí. O Sr. Dyonísio ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo presidente por duas gestões. Participou de vários movimentos que aconteceram, entre eles, o protesto que fechou a rodovia PR-182, que tinha por objetivo mostrar o descontentamento dos agricultores com a política agrícola da época. Os preços dos insumos eram altos enquanto que os produtos agrícolas permaneciam congelados.

Enfim, em vida deixou uma grande marca de honestidade, bondade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do Sr. Dyonísio.

Diante do exposto, é justo prestar uma última homenagem a um dos pioneiros de Capitão Leônidas Marques.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Pastor Presidente da Assembleia de Deus de Foz do Iguaçu, Pastor Israel Sodré.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA
RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Mariann Abud Ibrahim, ocorrido no dia 27 de março.

Dona Mariann, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Mãe do Presidente da Sociedade Árabe Brasileira Beneficente.

Expressiva dama da sociedade paranaense, mãe dedicada e pessoa respeitada na comunidade Árabe.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Colégio Maxi de Londrina por ter recebido a Comenda Ouro Verde do Município de Londrina. A Comenda Ouro Verde é uma das importantes honrarias de Londrina. O Colégio Maxi é mais do que merecedor desta honraria, seus 23 anos de história, já gravaram este nome em Londrina e em toda região como sinônimos de qualidade e respeito.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à população do Município de Palmeira, através de seu Prefeito Sr. Altamir Sanson, pelas comemorações de seu 190º aniversário na presente data.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Prefeitura de Pinhais, que realiza, a partir de 06/04/09, uma semana de prevenção ao câncer de mama.

Até o dia nove de abril, a Secretaria Municipal de Saúde, realizará atendimento às mulheres, com orientações e exames.

Há cinco anos essa campanha é desenvolvida naquele Município e essa iniciativa merece o reconhecimento desta Casa de Leis e de toda a sociedade paranaense, pois são trabalhos dessa natureza que levam vida e cidadania.

A Vice-Prefeita, Marli Paulino, quando Vereadora, foi a autora da Lei nº 617, de dezembro de 2003, que instituiu a Semana Municipal de Combate e Prevenção ao Câncer de Mama.

Essa priorização de política pública sem dúvida minimizará os casos de câncer de mama no Município, substituindo o tratamento de doença por prevenção.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1420

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Coronel Roberson Luiz Bondaruk, Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê, bem como ao SENAI Paraná de seu Presidente, João Barreto Lopes, em razão da premiação concedida pelo Instituto Europeu de Inovação e Estratégias Criativas, com o nome “Hermès de l’Innovation 2009”, na categoria Inovação e Desenvolvimento Humano, cuja honraria será entregue em 25 de maio, em Paris.

O Projeto Design contra o Crime, que consiste em adaptar o design de roupas, bolsas, mochilas, acessórios e móveis, a fim de evitar furtos em ônibus por exemplo, promovendo pequenos ajustes que tornam a vida do assaltante bem mais difícil.

Os protótipos foram desenvolvidos por designers do SENAI. O ponto de partida do projeto foi a pesquisa do projeto foi a pesquisa que Bondaruk fez com 287 presos de unidades do sistema penitenciário paranaense que identificou as técnicas mais usadas pelos ladrões em pequenos furtos.

A entrega do prêmio acontecerá durante o 10º Encontro Nacional de Diretores de Inovação, que será realizado de 25 a 26 de maio, na sede do Grupo La Poste, em Paris.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1423

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao CTG (Centro de Tradições Gaúchas) do Município de Mandirituba pela realização do 9º Rodeio ocorrido nos dias 03, 04 e 05 de abril do corrente ano, através do seu Patrão Sr. Ivan Clemente.

Requer ainda que do presente se dê ciência do mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Sede do CTG.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1417

Senhor Presidente:

A Deputada Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131, parágrafo 3º, IX, do Regimento Interno desta Casa, e após aprovação o douto Plenário desta Casa de Leis, a Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi informações de quais atitudes já tomadas, e quais ainda poderiam ser tomadas pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Cultura, para cumprimento das determinações impostas pelo artigo 32, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 32. O Estado, em colaboração com o Município e a comunidade de Palmeira, e sob a coordenação, da Secretaria de Estado da Cultura, reconstituíra, dentro de 2 (dois) anos da promulgação desta Constituição, parte da Colônia Cecília, fundada nesse Município, no século XIX, para a preservação de seus caracteres histórico-culturais.”

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se fundamenta na urgência, visto que a preservação de características histórico-culturais necessita de ações rápidas e eficazes, pois o transcurso do tempo é fator prejudicial que dificulta, a cada dia que passa a apregoada preservação, sendo que esta é uma reivindicação pertinente da sociedade do Município de Palmeira, para o bem da história do Paraná.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 135/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º No âmbito do Estado do Paraná, as empresas prestadoras de serviço de acesso à internet via banda larga ficam terminantemente proibidas de exigir a contratação de provedor de conteúdo como condição ao acesso à internet.

§ 1º As empresas a que se refere o *caput* deste artigo deverão informar aos consumidores sobre o caráter opcional da contratação do serviço de provedor de conteúdo.

Art 2º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Brasil ainda é um dos poucos países em que ainda é prática comum das empresas prestadoras de serviço de internet banda larga exigir a contratação de um provedor de conteúdo para permitir o acesso à internet.

Entretanto, para o efetivo acesso à internet basta contratação de um serviço de internet via banda larga sem a necessidade da contratação de um provedor de conteúdo. Este fato foi constatado por uma investigação da Coordenadoria de Informática do Ministério Público Federal o qual apontou que, ao contrário do acesso à internet discada, o acesso em banda larga fornecido por tais empresas permite a conexão utilizando apenas a infraestrutura de servidores DNS (Domain Name System) e o endereço IP (Internet Protocol), o que torna desnecessário o provedor de conteúdo.

Portanto essa exigência por parte das empresas prestadoras de serviço de internet caracteriza venda casada, prática totalmente ilegal e abusiva a qual é vedada pelo código de defesa do consumidor:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

Fundamentado neste artigo do Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público Federal intentou inúmeras Ações Cíveis Públicas em face das empresas prestadoras deste tipo de serviço. Em vários estados brasileiros o Ministério Público obteve o deferimento da liminar no sentido de proibir a exigência de contratação de provedor como condicionante ao acesso à internet. Inclusive no Estado do Paraná esta prática está vedada por conta de uma decisão liminar neste sentido exarada pela Juíza Federal Substituta Giovanna Mayer em sede de Ação Civil Pública sob o nº 2008.70.00.002073-5/PR.

Necessário portanto a aprovação do presente projeto de lei para proibir no Estado do Paraná esta prática ilícita e ofensiva ao consumidor.

PROJETO DE LEI Nº 136/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Cadastro para o Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing, ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas não autorizadas para os usuários nele inscritos.

Art. 2º A partir do 30º (trigésimo) dia do ingresso do usuário no cadastro, as empresas que prestam serviços relacionados ao parágrafo único do artigo 1º ou pessoas físicas contratadas com tal propósito, não poderão efetuar ligações telefônicas destinadas às pessoas inscritas no cadastro supracitado.

§ 1º Incluem-se nas disposições desta lei os telefones fixos e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 2º A qualquer momento o usuário poderá solicitar a sua exclusão do cadastro.

Art. 3º Não se aplicam os dispositivos da presente lei às entidades filantrópicas que utilizem telemarketing para angariar recursos próprios.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei para assegurar sua aplicação e efetividade.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07/04/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

As ligações de telemarketing são totalmente indesejáveis aos consumidores. No Estado de São Paulo uma lei no mesmo sentido entrou em vigor para oportunizar aos consumidores a opção de receber ligações de telemarketing.

Segundo informações do PROCON, as reclamações sobre este tipo de procedimento são muitas, porém não podem ser registradas em sistema por não se caracterizarem como prática abusiva. Com a aprovação deste projeto de lei, os consumidores estarão no controle da situação. Poderão escolher de qual empresa querem ou não receber as ligações oferecendo produtos ou serviços. As empresas tomarão conhecimento da lista dos não incomodáveis a partir de um cadastro que deverá ser realizado.

A iniciativa desta lei é estabelecer um cadastro com telefones que não devem ser acionados. Todos os consumidores que não quiserem receber ligações em um número específico podem incluí-lo nessa relação, que vai ficar disponível em um banco de dados.

Portanto, esta lei tem o objetivo primordial de proteger o consumidor no âmbito do Estado do Paraná, dando-lhes a opção de receber ou não ligações de empresas que realizam práticas comerciais por meio de telemarketing.

PROJETO DE LEI Nº 137/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Saburo Sugisawa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07/04/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Saburo Sugisawa, nasceu em 16 de outubro de 1934, na Província de Miyagi Ken, no Japão, e em 1937 imigrou para o Brasil com seus três irmãos, sendo que durante a viagem sua irmã faleceu no navio.

Seus pais tiveram mais cinco filhos.

Instalaram-se em uma fazenda em Santa Cruz do Rio Pardo - SP, e depois mudaram-se para Marília, também no Estado de São Paulo onde aos 12 anos trabalhou numa fiação de seda e mais tarde numa loja de calçados e à noite se dedicava aos estudos. Em 1957 foi aprovado em Medicina no vestibular da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. Antes da aprovação no vestibular, ele conheceu sua futura esposa, Kikue Sasaki sua incentivadora e companheira nestes últimos 50 anos. Tem três filhos, sendo todos médicos.

Em 1962 graduou-se em medicina pela UFPR com especialização em cirurgia geral e do aparelho digestivo.

Em 1969, em consequência do atendimento aos descendentes da colônia japonesa, o Governo do Japão agraciou-o com uma bolsa de estudos no Instituto do Câncer de Tóquio, onde adquiriu conhecimentos e o aparelho de endoscopia digestiva, implantando o primeiro serviço de endoscopia digestiva da Capital paranaense, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Graças a este serviço foi possível o diagnóstico precoce do estômago.

Trouxe seus pais e irmãos para Curitiba, onde ajudou na sua formação universitária. Desde cedo acalentava com seus pais um sonho, o de construir um hospital, onde todos os seus ideais de ética, trabalhos em equipe, caridade e profundo respeito ao ser humano pudessem ser colocados em prática.

Em 1988, inaugurou a Clínica Sugisawa, com uma área física de 750 m2.

Em 2000, foi feita a primeira ampliação para uma área de 1.250 m2.

Inicialmente o corpo clínico era formado majoritariamente por membros da sua família: irmãos, filhos e sobrinhos, todos espelhando-se na sua pessoa.

E, em 2007, foi inaugurado o centro Médico-hospitalar Sugisawa, com 14.000 m2, composto de 5 edificações:

1) Edificação 1, com 9 pavimentos, comportando o Hospital Sugisawa (composto de 95 leitos, 16 leitos de Unidade de Terapia Intensiva, 5 salas de cirurgia de grande porte e Serviço de Hemodinâmica), o Serviço de Endoscopia Digestiva e o Serviço de Diagnóstico por Imagem (onde são realizados exames de ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia, raios X, mamografia e densitometria mineral óssea).

2) Edificação 2, com 4 pavimentos, comportando 60 consultórios, abrangendo mais de 20 especialidades e diversos serviços, como por exemplo, o Serviço de Medicina Nuclear e o Serviço de Cardiologia.

3) Edificação 3, com 3 pavimentos, abrangendo os serviços de apoio (central de material, farmácia, cozinha e lavanderia).

4) Edificação 4, com 3 pavimentos, abrangendo a administração, faturamento e central de guias.

5) Edificação 5, com 3 pavimentos, abrangendo o pronto-atendimento 24 horas, unidade de dor torácica e unidade coronariana.

6) Estacionamento ocupando dois subsolos.

Atualmente este Centro esta capacitado para atender centenas de médicos e milhares de pacientes diariamente, sempre seguindo os ideais do Dr. Saburo Sugisawa.

Cargos ocupados e atuais:

- Professor de Clínica Cirúrgica da Universidade Federal do Paraná.

- Chefe do Departamento de Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba de Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Chefe e Professor da Disciplina de Clínica Cirúrgica do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

- Diretor Clínico do Centro Médico-Hospitalar Sugisawa.

Diante do exposto do excelente currículo desse japonês, criado no Brasil e que escolheu o Paraná para morar, formar e criar sua família é que proponho título de Cidadão Honorário do Paraná, mais que justificado para tão exemplar profissional da Medicina paranaense e brasileira.

Conto assim com o apoio dos demais Parlamentares para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 138/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 12811, de 21/12/99, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Fazenda Rio Grande, uma CIRETRAN - Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito - DETRAN, com abrangência nos Municípios de Mandirituba, Quitandinha, Agudos do Sul e Piên.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva alterar o artigo 1º, da Lei nº 12811, de 21/12/99, que criou a CIRETRAN de Fazenda Rio Grande, objetivando atender reivindicações das comunidades de Mandirituba, Quitandinha, Agudos do Sul e Piên, abrindo a abrangência da CIRETRAN até seus Municípios.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 139/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os atos oficiais dos Poderes Públicos Municipais, além da divulgação simultânea em outros meios de publicidade, obrigatoriamente deverão ser publicados também através da imprensa escrita, em Diário Oficial Municipal ou em jornal de circulação na respectiva Região.

Parágrafo Único. Na hipótese de publicação dos atos em jornal de abrangência regional, a escolha deverá ser feita através de licitação pública e a circulação deverá ser comprovada pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) ou por auditor independente de comprovada idoneidade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

As Constituições Federal e Estadual, em seu artigo 1º, indicam os princípios a que todos os atos, devem se submeter, sejam eles públicos ou privados. Dentre eles o Princípio da Transparência e o Princípio da Publicidade dos Atos, de forma especialíssima os do âmbito público.

A publicação de tais atos na forma documental através de imprensa escrita, além da divulgação destes por outros meios de publicidade, se torna fundamental para a efetividade dos preceitos de transparência e principalmente de publicidades de atos oficiais, a que todos têm direito à devida informação e ciência.

Observe-se que intenção legislativa, acima de tudo, é o efetivo atingimento do público alvo municipal, sem se esquecer que a divulgação oficial é probatória dos atos através de matéria documental, visto que o meio eletrônico não é plenamente seguro, além de ter um acesso restrito.

Neste sentido, na certeza do entendimento dos objetivos desta forma proposta, na defesa dos interesses e da boa informação dos munícipes do Paraná, conclamo os nobres Pares desta Assembleia Parlamentar, a prestarem o devido apoio ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 140/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a instalar câmeras de segurança em todas as dependências das escolas públicas paranaenses.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Houve tempo em que os pais ficavam tranquilos quando os filhos estavam na escola; pelo aprendizado e pela confiança quanto à segurança de seus filhos, pois escola sempre foi considerada um dos locais mais seguros. Infelizmente essa paz tem sido abalada pela violência que vem crescendo constantemente. Boa parte do problema é causado pelas drogas e bebidas alcoólicas. Foram registrados, recentemente, casos de assassinatos de professores e alunos dentro da sala ou no pátio das escolas. A imprensa vem registrando inúmeros casos de alunos que levam armas para a escola. Em algumas brigas, quando não terminam com mortes ficam vítimas gravemente feridas. Neste ano, em Almirante Tamandaré, um homem contratou pistoleiros para matar a ex-esposa, morta, covardemente, dentro da escola onde trabalhava. O clima de insegurança é grande. A colocação de câmeras de segurança nas escolas devolverá a tranquilidade necessária para a direção, professores, funcionários e para a maioria dos bons alunos, que vão à escola para estudar e não para praticar vandalismo ou violência. Rogo aos nobres Pares a aprovação deste projeto de minha autoria.

PROJETO DE LEI Nº 141/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal no Estado do Paraná.

Art. 2º A Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal terá como objetivo a divulgação dos prejuízos causados ao feto pelo álcool durante a gravidez através de material gráfico e propaganda na mídia televisiva e escrita.

Art. 3º As despesas decorrentes das presente lei por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem como objetivo levar às gestantes informações sobre o perigo que o álcool traz o bebê durante a gestação.

A ingestão de bebida alcoólica durante a gestação é muito prejudicial à mãe. No entanto, pouco se fala do tamanho dos problemas que o álcool pode trazer ao feto. É tão prejudicial que não existe uma dose pré-estabelecida de ingestão que possa não atingir e prejudicar o bebê.

Ocorre que o álcool é uma substância não retida pela placenta, o que faz com que o fígado em formação do bebê, absorva toda a quantidade enviada a ele. Uma vez absorvido, o fígado leva mais tempo do que o normal para ser metabolizado e, portanto, o álcool passará maior tempo no organismo do bebê em formação.

Os riscos trazidos pela ingestão do álcool pela gestante são diversos, entre eles está o aborto espontâneo e o parto prematuro. Já a criança poderá apresentar problemas de comportamento, falta de crescimento, retardo mental, rosto desfigurado, baixo peso além dos sintomas invisíveis e danos neurológicos permanentes que devem se manifestar com o tempo.

A toda esta alteração da formação natural do feto dá-se o nome de Síndrome Alcoólica Fetal - SAF, que é o resultado no feto do consumo de álcool durante a gravidez e característica pela microcefalia, dismorfias cranio-faciais e retardo mental, entre outros sintomas já citados.

O Relatório do Instituto de Medicina Americano relatou que de todas as substâncias de abuso, incluindo a heroína, a cocaína e a maconha, o álcool produz os mais sérios efeitos neuro-comportamentais no feto, tendo por resultado distúrbios permanentes da função da memória, do controle do impulso e do julgamento, ao longo da vida da pessoa.

Em relação às mães que não bebem durante a gravidez, a incidência do risco de lesões fetais é de 30 a 50 por cento.

A grande preocupação é com os quadros nos quais lesões mais graves não são observadas, mas sim discretas alterações cerebrais. Nestes casos, os problemas serão diagnosticados com o crescimento natural e a chegada da idade escolar com as exigências mais complexas, onde são encontradas imaturidade cerebral e distúrbios cognitivos.

Segundo alguns autores, o álcool seria das principais causas de déficit neurocognitivo nas crianças em idade escolar, caracterizado pelo déficit de atenção e distúrbio de conduta como a ansiedade e resistência a absorver regras sociais. Como se vê as consequências são graves.

O baixo rendimento escolar, causando repetência e exclusão da escola, comprovadamente é um dos fatores favoráveis para o surgimento do comportamento antissocial, delinquência e adesão às drogas e ao crime.

Tudo isso pode ser evitado através do trabalho de prevenção.

O Brasil é um dos maiores consumidores de bebidas alcoólicas do mundo e aqui, a cerveja contém a mesma quantidade de álcool puro por dose padrão. Uma caneca de chope equivale a uma taça de vinho, cachaça ou uísque.

Pelas razões ora apresentadas, solicitamos o concurso dos nobres Pares à aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 142/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no Município de Concórdia no Estado de Santa Catarina e representação no Município de Castro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Beneficência Camiliana do Sul, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Castro, tem por finalidade de prestar assistência à saúde e tantos quantos demandarem aos seus serviços, sem distinção de qualquer natureza no que se refere a nacionalidade, raça, credo político e religioso, prestando assistência social à comunidade em geral, promovendo medidas que auxiliem na erradicação de doenças e enfermidades que afetem a população em geral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 143/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Pagamento por Serviços Ambientais, direcionado ao proprietário de área rural, no Estado do Paraná, que destinar parte de sua propriedade para fins de preservação e conservação da cobertura florestal, preservação de nascentes e demais recursos hídricos, que cumpra integralmente as cotas de Reserva Local e preservação de suas áreas de preservação permanente, na forma disciplinada pela presente lei.

Parágrafo Único. Equipara-se ao proprietário de área rural, para fins desta lei, o arrendatário ou detentor do domínio legal de propriedade rural, a qualquer título.

Art. 2º O Pagamento por Serviços Ambientais tem como objetivo recompensar financeiramente o proprietário rural, em função do valor econômico dos serviços ambientais prestados por sua área destinada para cobertura florestal, nas seguintes modalidades:

- I - conservação e melhoria da qualidade e da disponibilidade hídrica;
- II - conservação e incremento da biodiversidade;
- III - redução dos processos erosivos;
- IV - manutenção, recuperação e averbação de área de Reserva Legal.

Art. 3º Os valores para o pagamento por prestação de serviços ambientais de que trata a presente lei deverá ser fixada segundo critérios objetivos estipulados na regulamentação da presente lei.

§ 1º Entre os critérios previstos na regulamentação deverão ser considerados como práticas para a majoração dos valores pagos as propriedades que executaram os serviços ambientais as que atenderem as seguintes diretrizes:

I - As florestas e coberturas vegetais e área de Reserva Legal ao longo ou integrado às áreas de preservação permanente;

II - As florestas e coberturas vegetais e área de Reserva Legal que estejam dentro dos corredores de biodiversidade estipulados pelo órgão ambiental do Estado do Paraná;

§ 2º O valor do pagamento e os critérios para que as áreas com cobertura florestal sejam caracterizadas como prestadores de serviços ambientais em cada uma das modalidades a que se referem os incisos I, II, III e IV do artigo 2º desta lei serão fixados em regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º Os eventuais créditos de carbono gerados em decorrência da aplicação do pagamento por serviços ambientais serão de titularidade do proprietário e poderão ser comercializados pelo mesmo.

Art. 5º A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA publicará, por meio de portaria, as regras para adesão dos proprietários ao presente programa, a bacia hidrográfica a ser contemplada de acordo com o estudo técnico que apontará as áreas prioritárias, observando os objetivos desta lei e a disponibilidade orçamentária.

Art. 6º Para fins de adesão ao programa, o proprietário rural firmará contrato de pagamento pela prestação de serviços ambientais com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA.

§ 2º A inobservância das condições e termos previstos nas cláusulas do contrato firmado pelo proprietário implicará na:

- I - imediata suspensão do pagamento de benefício;
- II - exclusão da propriedade do rol de beneficiários;
- III - outras sanções previstas no regulamento.

§ 3º O proprietário assumirá todas as responsabilidades civis, administrativas e penais decorrentes de omissões ou pela prestação de informações falsas, no ato de assinatura do contrato.

Art. 7º As despesas decorrentes do pagamento pelos serviços ambientais de que trata esta lei serão custeadas por recursos:

I - do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA;

II - do Fundo Estadual de Recursos Hídricos;

II - de transferências ou doações de pessoas físicas e/ou jurídica de direito público e/ou privado destinado a este fim;

III - de agentes financiadores nacionais e internacionais;

IV - outros destinados a este fim por meio de lei, ou decreto.

Art. 8º Esta lei será regulamentada no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A discussão acerca da Reserva Legal, da preservação da Mata Atlântica, da recuperação de áreas degradadas em nosso Estado têm tomado a atenção de políticos, estudiosos, produtores rurais, imprensa, entre outros organismos sociais.

Não é para menos, uma terra rica, dominada por pequenos e médios produtores que sentem a obrigação legal da criação da Reserva Legal como um ato que retira o seu direito sobre a terra e restringe a possibilidade desse produtor garantir o sustento de sua família.

Essa discussão passou e passa por teses em que a reserva legal seja deixada de ser exigida, que para seu cômputo possa ser considerada as áreas de preservação permanente, que esta Reserva Legal possa ser utilizada como cultivo de certas espécies e de certas silviculturas, enfim, muitas são as discussões e proposições sobre o tema.

Também tomado por esta preocupação, tenho estudado e analisado o tema e cada vez mais que me aprofundo descubro que os proprietários rurais que preservam a natureza, que averbam sua Reserva Legal, que mantêm suas áreas de preservação permanente, prestam um serviço a todos nós.

Afinal estas áreas com cobertura florestal são responsáveis pela preservação de nossa biodiversidade, auxiliam o controle do micro-clima, sequestro de carbono, controle da erosão, preservação do solo, controle do assoreamento de nossos recursos hídricos, garantia da qualidade da água de nascentes e córregos, ou seja, são agentes em defesa do Meio Ambiente.

Será que não é uma obrigação de todos nós, no Estado, dos Poderes Públicos esta conservação destas áreas de cobertura florestal? Será que não é demasiado exigirmos que os pequenos e médios produtores sejam responsabilizados por estes serviços?

Acredito que se criarmos um pagamento para estes serviços ambientais prestados pelos produtos rurais estaremos garantindo a averbação da Reserva Legal em todo o nosso Estado, a preservação de mananciais, de nascentes e dos demais rios e riachos com uma ajuda pecuniária do Estado do Paraná.

O impacto financeiro desta medida é ínfima diante do ganho ambiental e social, é apenas uma pequena parte do que o Estado gasta hoje com a manutenção dos parques e áreas de preservação. Se contarmos ainda com o que os benefícios gerados por esta medida em termos de Saúde Pública, preservação de recursos hídricos e assim diminuição de gastos com tratamento de água, a relação custo/benefício será absolutamente favorável ao Estado e à coletividade de nosso Estado.

Projeto de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 144/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Complementar nº 100 de 04/07/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1 ”

...

§ 6º Fica computado, para efeitos de participação no primeiro procedimento de avanços vertical e diagonal após a nomeação, o tempo de efetivo exercício de serviço prestado por professores contratados para ministrar aulas extraordinárias e os contratos em regime CLT ou Processo de Seleção Simplificado pelo Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação, aprovados e nomeados em concurso público de provas e títulos para o provimento em cargo efetivo de professor da rede pública estadual.”

Art. 2º O Artigo 2º da Lei Complementar nº 100 de 04/07/03, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ”

Parágrafo Único. Fica excluído desta proibição, podendo participar dos avanços vertical e diagonal, o

professor em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná com aulas extraordinárias ou contrato pela CLT ou Processo de Seleção Simplificado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data da sua promoção.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A não inclusão dos professores e professoras contratados pelo regime de Processo de Seleção Simplificado - PSS, quando da elaboração e promulgação da Lei Complementar nº 103/04 e sua posterior alteração pela Lei Complementar nº 106/04, vem causando prejuízo a um grande número de trabalhadores e trabalhadoras que ingressaram nos concursos públicos do Estado após longo período de contratos precários.

A reparação dessa falha na legislação anterior é passível de imediata correção, fazendo-se extremamente oportuna a apresentação do presente projeto de lei complementar.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sra. Deputada Beti Pavin.

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Ocupo esta tribuna para rememorar algumas obras que o Governo do Estado do Paraná vem realizando na Região Metropolitana de Curitiba. Obras essas no montante de R\$ 100 milhões, que fazem parte do Programa de Integração de Transporte da Região Metropolitana, o PIT. Várias delas já concluídas e tantas outras em andamento.

Vamos citar aqui algumas obras que estão concluídas.

(Lê:)

OBRA	MUNICÍPIO	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR DO CONTRATO (R\$)
<i>Terminal de Transporte Coletivo Guaraituba</i>	<i>Colombo</i>	<i>Concluído</i>	<i>2.499.074,41</i>
<i>Terminal de Transporte de Roça Grande</i>	<i>Colombo</i>	<i>Concluído</i>	<i>1.608.662,91</i>
<i>Terminal de Transporte Coletivo Angelica</i>	<i>Araucária</i>	<i>Concluído</i>	<i>2.924.084,88</i>
<i>Estrada da Ribeira (Penha/Maracanã)</i>	<i>Colombo</i>	<i>Em andamento</i>	<i>9.709.408,47</i>
<i>Av. Anita Garibaldi (Est. 153 à 220+5,0m)</i>	<i>Almt. Tamandaré</i>	<i>Concluído</i>	<i>2.586.594,62</i>
<i>Av. Anita Garibaldi (Est. 220+5,0m à 296+14,67m)</i>	<i>Almt. Tamandaré</i>	<i>Concluído</i>	<i>2.542.528,92</i>

<i>Interseção da Rod. da Uva</i>	<i>Colombo</i>	<i>Concluído</i>	<i>2.491.616,19</i>
<i>Trincheira do Jd. Paulista</i>	<i>Campina G. do Sul</i>	<i>Concluído</i>	<i>4.346.273,63</i>
<i>Estrada da Ribeira (Maracanã/Guaraituba)</i>	<i>Colombo</i>	<i>Concluído</i>	<i>7.749.074,82</i>
<i>Terminal de Transporte Coletivo Maracanã</i>	<i>Colombo</i>	<i>Concluído</i>	<i>3.612.828,94</i>
<i>Vias Urbanas em Itaperuçu</i>	<i>Itaperuçu</i>	<i>Concluído</i>	<i>1.207.918,07</i>
<i>Prolongamento da Av. Mal. Floriano</i>	<i>S. José dos Pinhais</i>	<i>Em andamento</i>	<i>5.490.841,62</i>
<i>Ligação Almt. Tamandaré/Colombo</i>	<i>Almt. Tamandaré</i>	<i>Em andamento</i>	<i>3.615.080,99</i>
<i>Ligação Almt. Tamandaré/Colombo</i>	<i>Almt. Tamandaré</i>	<i>Em andamento</i>	<i>3.399.230,31</i>
<i>Ligação Divisa Colombo/Rod. da Uva</i>	<i>Colombo</i>	<i>Em andamento</i>	<i>1.008.236,27</i>
<i>Pav. Av. das Araucárias (BR-116/Rua Jatobá)</i>	<i>Fazenda Rio Grande</i>	<i>Concluído</i>	<i>1.792.773,67</i>
<i>Pav. Av. Brasil (Rua Jatobá/Nicola Pelanda)</i>	<i>Fazenda Rio Grande</i>	<i>Em andamento</i>	<i>2.798.247,46</i>
<i>Passagem inferior da Av. Rui Barbosa/Av. das Torres</i>	<i>S. José dos Pinhais</i>	<i>Em andamento</i>	<i>9.157.591,56</i>
<i>Rua Nicola Pelanda trecho 2 Fazenda Rio Grande</i>	<i>Fazenda Rio Grande</i>	<i>Em andamento</i>	<i>4.565.943,32</i>
<i>Rua Francisco F. da Cruz</i>	<i>Fazenda Rio Grande</i>	<i>Em andamento</i>	<i>2.159.020,31</i>
<i>Terminal da Fazenda Rio Grande</i>	<i>Fazenda Rio Grande</i>	<i>Em andamento</i>	<i>4.871.217,17</i>
<i>Rua Nicola Pelanda trecho 1 Curitiba</i>	<i>Curitiba</i>	<i>Em andamento</i>	<i>5.745.902,25</i>
<i>Av. Anita Garibaldi trecho 3</i>	<i>Almt. Tamandaré</i>	<i>Em andamento</i>	<i>7.800.224,88</i>
<i>Terminal de Transporte de São José dos Pinhais</i>	<i>S. José dos Pinhais</i>	<i>Em andamento</i>	<i>4.142.873,91</i>
<i>Terminal de Transporte de Campo Largo</i>	<i>Campo Largo</i>	<i>Em andamento</i>	<i>4.021.742,36</i>
<i>Rua Izaura Pavaglio Rocha</i>	<i>S. José/Tijucas</i>	<i>Iniciando</i>	<i>1.855.974,00</i>
<i>TOTAL</i>			<i>103.702.965,94</i>

O Terminal de Transporte Roça Grande, também concluído, e que gostaríamos especificamente de falar com relação a este terminal que hoje é uma das grandes preocupações dos cidadãos de Colombo, mais especificamente quem mora na Roça Grande.

Então, dizer aos usuários que nesta região da nossa Cidade, do nosso Município, ainda não existe, ainda não foi feita a integração do transporte coletivo. Esse terminal, a validade é para quando essa integração for efetivada. Estamos trabalhando para que isso aconteça, juntos: a URBS, a Coordenação da Região Metropolitana - COMEC, para que num curto espaço de tempo seja feita a integração.

Hoje temos nessa região da Roça Grande aproximadamente 15 mil passageiros/dia, que irão se utilizar da integração e do terminal da Roça Grande. Desses 15 mil, temos aproximadamente 5 mil passageiros que hoje pagam a segunda passagem da rede integrada.

Então, qual é a dificuldade de se fazer essa integração, que vai haver um custo para os cofres públicos, tanto da URBS, quanto da COMEC, hoje na ordem de R\$ 300 mil por mês para fazer essa integração.

Quero dizer aos usuários da Roça Grande, da região de Colombo, Rodovia da Uva, que estamos fazendo esse trabalho juntamente com a Secretaria do

Desenvolvimento Urbano, através da COMEC, para que seja concretizado o mais rápido possível.

Sabemos que está havendo depredação daquele terminal, porque foi uma das primeiras obras que ficaram prontas na Região Metropolitana, e infelizmente a conversa para integração não evoluiu com a mesma rapidez, agilidade que foi feita a obra, até porque é uma obra física. Se tendo o recurso, o dinheiro, é fácil para ser feita.

Mas o que é importante estacar é que nós pedimos para aquela população que Deus ajude, que possamos articular esse funcionamento o mais rápido possível.

Sabemos que o Governador Requião determinou a execução dessas obras para que esse terminal, efetivamente, possa atender às pessoas.

O que esperamos e temos certeza que vamos obter é o apoio do Sr. Governador para que possamos dentro de uma conversação com a URBS, e agora está se falando e o próprio Governador colocou na semana passada a questão da isenção do ICMS do óleo diesel para fins de transporte coletivo. Dentro dessa linha é que estamos trabalhando, para que o Governador do Estado possa ter essa conversa com a URBS, na redução do ICMS e do óleo diesel, para que seja possível fazer a implantação e o funcionamento, o mais rápido possível, daquele terminal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos visitantes e aqueles que nos acompanham pela TV SINAL.

Venho a essa tribuna hoje para cumprimentar os companheiros e companheiras do SindSaúde, que mais uma vez vêm a esta Assembleia Legislativa trazer as suas reivindicações. São reivindicações muito justas e hoje é o Dia Mundial da Saúde.

Os Servidores da Saúde, organizados pelo SindSaúde, junto com o Secretário da Saúde do Estado do Paraná, organizaram uma comissão de trabalho e construíram um projeto de Plano de Carreira.

Foram quatro representantes do SindSaúde nessa comissão e quatro da Secretaria de Estado da Saúde. Concluíram o trabalho no dia 30 de março, entregaram essa proposta à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Dra. Maria Marta Lunardon, e aguardam agora uma reunião para tratar dessa especificidade que é a Saúde Pública no Estado do Estado do Paraná.

Merece um Plano de Carreira específico, porque tem particularidades para serem tratadas na carreira, nas condições de trabalho, na jornada de trabalho e no salário.

Por isso, estão aqui. Merecem o apoio de todos os Deputados. Merecem o apoio de toda a população do Paraná. E precisam receber por parte da Secretária de Administração e Previdência, o apoio necessário para que esta proposta, construída, Secretaria de Estado da Saúde e sindicato, possa ser encaminhada para esta Casa como mensagem de lei para ser aprovada aqui, atendendo assim uma reivindicação histórica dos servidores da Saúde do Estado do Paraná. Tem o apoio de todo o Fórum em Defesa do Serviço Público no Estado do Paraná, composto por 14 sindicatos; tem o apoio de várias entidades que não estão no fórum, são outras entidades organizadas, inclusive no Fórum Popular de Saúde.

Portanto, precisamos neste espaço, mais uma vez, falar da Saúde e pedir, encarecidamente, à nossa Secretária de Estado da Administração e Previdência, que marque com urgência uma audiência para tratar da carreira, das condições de trabalho e do salário dos nossos servidores públicos da Saúde.

Portanto, parabéns. É uma luta justa e que merece todo nosso apoio e todo nosso empenho. Também estamos próximos da nossa data-base. Maio é a data-base de todos os servidores públicos do Estado do Paraná. Portanto, a Lei nº 15512, aprovada nesta Casa e sancionada pelo Governador Roberto Requião em maio de 2007, garante ao servidor público do Estado do Paraná a data-base para 1º de maio. Estamos perto de 1º de maio.

Tivemos uma reunião importante com todos os sindicatos no dia 30 de março e vamos ter uma nova reunião no dia 14 de abril. Nesta reunião do dia 14 de abril,aremos já ter uma resposta positiva e que esta resposta venha para esta Casa, como mensagem de lei do Governador Roberto Requião para reajustar o salário dos servidores públicos. Nossa solicitação é de 15%. É o nosso pedido. Então, também estamos fazendo um movimento com os professores e funcionários de escolas do Estado do Paraná.

Nós, da Educação, temos uma greve nacional marcada para o dia 24 de abril. E nossa solicitação, enquanto professores do Estado do Paraná, funcionários de escola, é de um reajuste de 25,97% para dar cumprimento ao piso nacional. Temos direito de, no mínimo, receber o piso nacional aprovado na Câmara e no Senado por unanimidade. Queremos, então, ter a garantia de que o professor do Paraná tenha o piso nacional implementado ainda neste mês de maio de 2009.

Portanto, quero encerrar enaltecendo este grande sindicato, esta grande categoria que defende a Saúde Pública, especialmente o SUS no Estado do Paraná.

Um grande abraço bom trabalho, e a vitória virá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)**O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi do jornalista Rafael de Lala:

(Lê:)

“Hoje, 7 de abril, comemora-se 178 anos da abdicação de D. Pedro I. Sete de abril de 1831 marcou a vitória do Partido Brasileiro...” sobre a chamada Facção Lusitana, que gravitava em torno da corte imperial. O Imperador Dom Pedro I, que proclamara a independência apenas oito anos antes, desgastou-se com os insucessos da Guerra da Cisplatina, o fechamento das Câmaras e o perfil despótico com que governava, além dos maus tratos à Imperatriz Leopoldina. Os patriotas que levaram à renúncia de Dom Pedro I defendiam maior autonomia para as Províncias, e o desdobramento do 7 de abril foi a aprovação de uma ampla reforma na Constituição de 1824, o ato adicional que marcou o início da descentralização e o fortalecimento da Federação Brasileira. Foi a partir do ato adicional que foram criadas as Assembleias Legislativas provinciais, atribuída autonomia tributária aos hoje Estados membros e foi também consolidado o processo de desenvolvimento regional.

Historiadores assinalam que esse movimento, embora com uma Federação ainda incompleta, prosseguiu no II Império e na Proclamação da República, configurando o Brasil de hoje, uma República Federativa dotada de instituições habitadas para enfrentar os desafios do século XXI. Por isso, cabe assinalar a data histórica de 07 de abril de 1831, Dia da Abdicação”.

Sr. Presidente, estamos entrando hoje com um projeto de lei autorizando o Governo do Paraná a instalar câmeras de segurança nas salas de aula e em todas as dependências das escolas. De vez em quando, por causa dessa maldita droga e até por causa de bebida alcoólica, tem aquele baderneiro desocupado que vai para a escola não para estudar, mas mata colega dentro de sala de aula, mata professor, homem que não tratou bem a esposa, separou da esposa e contrata, como aqui em Almirante Tamandaré, pistoleiro para matar a professora dentro da sala de aula. Então, antes os pais ficavam tranquilos quando os filhos estavam na escola, porque além do aprendizado, além da educação que recebiam, os pais sabiam que o filho estava seguro, porque estava lá na sala de aula aprendendo. E agora não, porque é bandido, é traficante de drogas, é violência, é um ou outro aluno que vai com revólver na cintura, não para estudar, mas para armar confusão.

Então, para devolver a tranquilidade que hoje as direções, os professores, os funcionários, os alunos não têm mais dentro da sala, é que estamos entrando com um projeto de lei para que sejam instaladas câmeras de segurança nas dependências de todas as escolas públicas do Paraná.

E recebo do Odair Carlos Fuzinato, dizendo que: “Na campanha passada o Governador reeleito usou como tema de sua campanha a extinção do pedágio no Estado do Paraná, o famoso jargão: ou o pedágio baixa, ou acaba. Ocorre que findos os quatros anos da sua primeira administração, nenhuma medida efetiva para a suspensão da cobrança do pedágio foi adotada pelo Governo, embora na campanha política de reeleição o Requião tenha afirmado que tomaria providências. Tem-se ouvido muitos comentários a respeito do pedágio, dos abusos das tarifas cobradas, e consequentemente um serviço de péssima qualidade que é oferecido para os usuários. O objetivo da administração é que o pedágio baixe de preço a nível suportável, e que não comprometa a estabilidade econômica do Estado, e consequentemente também não atrapalhe o desenvolvimento, uma vez que os produtos transportados têm um custo mais elevado. Parabéns Odair Carlos Fuzinato.

Alô, Governador Requião, vai baixar ou não a tarifa do pedágio? O senhor prometeu, não foi o eleitor, não foi a eleitora não, foi o senhor, como candidato. É amplo aqui o estudo que eu vou colocar a disposição dos nobres Pares do grande paranaense Odair Carlos Fuzinato, a respeito do pedágio.

Ainda sobre o pedágio tenho aqui do Julio Poletto: “Caro Deputado Antonio Belinati, acompanhado pela TV SINAL todos os dias as Sessões da Assembleia Legislativa. Como eleitor gostaria muito que V. Exa. fizesse uma pergunta para o Deputado Romanelli, Líder do Governo, pergunta essa que tanto eu como todos os eleitores que conheço gostariam de fazer para o Governador Requião, ou para o representante do mesmo, sobre o pedágio. Na campanha o Governador Requião prometeu acabar com os

pedágios e nada conseguiu fazer, até pelo contrário, estão subindo cada vez mais as taxas do pedágio. O que aconteceu a respeito disso? Será que ele pode nos dar uma resposta concreta, sem mentira? Vou ficar muito grato a V. Exa. por atender o nosso pedido. Julio César Poletto”.

É Julio, eleitor votou, confiou, aliás, servidor público também está confiante que o Governador Requião dê aumento para a categoria, daqui a pouco vamos falar sobre isso.

E lembrando que hoje eu conversava com o Deputado Caíto, hoje é o último dia do Big Brother 9. Parabéns à Rede Globo, fábrica de ganhar dinheiro que é o tal do Big Brother. No último paredão, 58 milhões de ligações, R\$ 0,31 cada ligação. Aí você pega o filho adolescente ou criança, fica ligando para a Rede Globo, não pesa nada, R\$ 0,31. Mas R\$ 0,31 aqui, R\$ 0,31 ali, no fim do mês o que tem de telefone cortado que o pai não pode pagar...

Outro dia uma mãe me procurou: “Olha, a minha filha, 12 anos de idade, gastou R\$ 720 no telesexo”. Então tem telefone para o disque sexo até para o exterior. A mãe pensa que a filha está falando com a amiga, e está lá torrando o dinheiro e vem uma conta impagável. E o que vai acontecer? O telefone é cortado. Então, hoje a Rede Globo vai encher o caixa de dinheiro, se der lá 90 e poucos milhões de ligações, a família Marinho vai colocar no bolso R\$ 30 milhões só nos telefonemas. E a criança ligando, é barato, papai paga, mamãe paga, a festa que é feita, e muitas vezes a criança, o adolescente não tem noção que os R\$ 0,31 para lá e para cá acabam fazendo com que o telefone fique cortado no fim do mês.

Sr. Presidente, quero que o nosso projeto para instalar câmera de segurança nas escolas seja aprovado, porque a violência está demais dentro das escolas, e não é isso que os professores querem, não é isso que os bons alunos querem; o aluno vai para a escola para estudar, para atender, para se preparar para o presente e para o futuro, e muitas vezes o aluno acaba tombando morto na mão de um traficante de drogas, ou alguém que está alcoolizado dentro da sala de aula, porque vai para a sala de aula já armado para arrumar confusão.

Bem, vamos votar projeto aqui nesta Casa, esta Casa vota salário-mínimo para os trabalhadores da iniciativa privada e o servidor público nem com água e pão estão sendo tratados. Vamos votar para que, quem trabalha em empresas particulares, num sítio, trabalha de doméstica, numa loja, farmácia, quitanda, num escritório, tenha aumento de salário. E o servidor público? Se a iniciativa privada vai aumentar o salário dos seus empregados, o empresário vai carregar tudo na etiqueta. O custo de vida vai ficar mais caro!

Vejo hoje, mais uma vez aqui, esses heróis da área da Saúde. Que energia eles têm, que paciência! Eles até fingem que está tudo bem, mas no fundo, acredito que estão bastante magoados com esta Casa e com o Governador Roberto Requião. O que eles querem? Uma audiência, isso não vai matar ninguém. É tão pouco o que os servidores da área da Saúde estão pedindo.

Faço um apelo ao Governador Roberto Requião: amoleça esse coração, estenda a mão para o pessoal da Saúde. Aplique esse 15% para todos os servidores públicos. Eles vão fazer festa, vão agradecer, e uma grande parte vai votar no senhor no ano que vem. Se continuar com essa falta de diálogo, olha, o povo na hora do voto sabe dar a resposta. Já vi gente muito grávida que governou este Paraná e que se candidatou a Senador e foi derrotado. Então, Governador Roberto Requião, chama o pessoal para conversar e dê o reajuste que eles estão pedindo, veja o Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

O Governador pode entrar para a história em dois aspectos: ou como um grande amigo dos servidores públicos, ou como um Governador que não teve diálogo, que bateu a porta para os servidores públicos.

Governador Roberto Requião, esse pessoal trabalha, não tem ninguém que fique rico trabalhando na área de Saúde do Paraná. Aproveite para dar o aumento também para o servidor público e receba, abra o Palácio e atenda as reivindicações desses bravos servidores que aqui estão, da área da Saúde. Que acabe, de uma vez por todas, essa desconsideração, é um ato de desrespeito, mais de dois anos sem diálogo e sem atendimento de suas justas reivindicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna para falar mais uma vez sobre o DETRAN do Estado do Paraná. Agora sobre um outro foco.

Toda a sociedade do Paraná, principalmente Curitiba e Região Metropolitana, ficaram perplexos em relação ao atendimento que o DETRAN está oferecendo para as pessoas que precisam dos serviços.

Já falamos desta tribuna que houve alterações no Conselho Nacional de Trânsito, mas o DETRAN, na hora de implantá-los, deveria adotar a infraestrutura necessária, seja espaço físico, seja com pessoas também.

Os curitibanos e o pessoal da Região Metropolitana sabem das filas que se formaram. Espero que o Governador Roberto Requião tenha determinado ao DETRAN do Estado do Paraná que solucione problema de uma vez por todas. Porque não é concebível o DETRAN ter um superávit de R\$ 311 milhões nos últimos quatro anos e um serviço de péssima qualidade para as pessoas.

Mas o que quero trazer hoje é um fato, no mínimo, curioso. Para não comprometer as pessoas que me procuraram e forneceram para mim duas Carteiras Nacionais de Habilitação, apagamos todos os dados. Aqui está, é uma Carteira de Habilitação expedida no dia 11 de julho.

Olhem a assinatura do Diretor do DETRAN. Agora, uma outra carteira expedida no dia 2 de abril. Olhem a assinatura, não é assinatura. o nome do Diretor do DETRAN está escrito em letra de forma. Não é mais assinatura. Podem dizer que o Chefe do DETRAN mudou a assinatura? Não, não mudou. Porque o ofício que ele enviou para a Liderança da Oposição, datado do dia 27 de março deste ano, está aqui a mesma assinatura que consta na Carteira Nacional de Habilitação de julho do ano passado. É a mesma assinatura. O que ele fez? Ele não assina mais. E sabemos que todas as carteiras e documentos não têm assinatura própria, porque é assinatura digitalizada. Vou entregar uma cópia para os Srs. Deputados e para a imprensa do Paraná para ver o que existe atrás disso. Curioso, porque são milhares de carteiras expedidas no Paraná. E agora não vem mais a assinatura, mas sim o Diretor do DETRAN, escrito em letra de forma.

Isso deve ter uma explicação! Eu, como homem público, só tenho uma assinatura. Enfim, todas as minhas assinaturas são a mesma. Agora há pouco, a Deputada Luciana Rafagnin colheu a minha assinatura para mandar para o Ministro Paulo Bernardo e para o Ministro da Agricultura. A minha assinatura é a mesma. Então, espero que o Diretor do DETRAN, quando assina a Carteira Nacional de Habilitação, seja a assinatura dele também.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Deputado Cheida, isso é no mínimo curioso. O que existe por detrás disso? Ou será que ele tem necessidade de divulgar seu nome? Dessa forma, assinatura em letra de forma, é muito fácil de falsificar. É muito fácil. Não é assinatura. Está em letra de forma. Letra de forma é fácil de copiar. Agora, uma assinatura é assinatura. Alguém pode dizer: “Mas, Deputado Elio, faz-se o exame grafo-técnico, que vai dizer se a assinatura dele é essa ou não é.” Claro que é. Sabemos que isso é possível, mas, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, isso chamou a atenção para este cidadão. Não quero nem falar como Deputado mas como cidadão.

O mais curioso de tudo isso foi a explicação que a assessoria do DETRAN do Paraná deu em relação a essa trapalhada, a esse desrespeito e a essa longa espera dos motoristas que precisam renovar sua carteira. Ora, eu tenho aqui uma nota que saiu na imprensa que diz o seguinte: “Os assessores do Coronel David Pancotti, Diretor do DETRAN, tem uma explicação para o caso administrativo do DETRAN. Eles dizem que o caos não existe; o que existe é uma mídia estimulada pela PUC, que tinha exclusividade nos exames psicotécnicos e médicos, e perdeu o contrato para outras clínicas credenciadas por Pancotti. Além da PUC, gerentes do próprio Governo e políticos da base de apoio estariam fomentando críticas ao DETRAN, porque Pancotti teria acabado com seus privilégios.”

Ora, Srs. Deputados, quando alguém fala em monopólio, o monopólio deve ter o controle, e quem tem o monopólio pratica o preço que quiser. Se o DETRAN está dizendo que quebraram o monopólio da PUC em relação à realização dos exames de vista e psicotécnico, e credenciaram as outras clínicas, então, no mínimo, deve ter havido uma redução no preço. E qual é o benefício que a população teve? Houve a redução das taxas? Houve a redução das custas da expedição da Carteira Nacional de Habilitação? Não, não houve. Que eu saiba é o mesmo e na iminência de até aumentar as taxas da carteira Nacional de Habilitação, como do exame de vista e do psicotécnico. Isso pode acontecer.

Então, querer dizer que houve um monopólio, que se quebra o monopólio e não se traz um benefício financeiro para a comunidade? Olha, isso não justifica, não convence, muito pelo contrário. O que se fez no Estado do Paraná com o DETRAN trouxe dificuldades para as pessoas que precisam do serviço do DETRAN. Isso aconteceu. Isso está constatado. Lamentavelmente, isso acontece no DETRAN no Estado do Paraná. Poderíamos até concordar: “Poxa, mas houve alteração, houve mudanças nas resoluções, tem que se adaptar com uma nova realidade.” Olha, quando você vai se adaptar com uma nova realidade, você tem que dotar como diz: “O órgão de acordo com as necessidades, com a exigência, com o pessoal”. Dinheiro não é o problema.

E dizer que o DETRAN precisa pedir uma autorização para contratar mais pessoas. O DETRAN não precisa de autorização não, Deputada Cida. O DETRAN é uma autarquia e quando é autarquia tem autonomia administrativa e financeira. Dinheiro existe. Onde é que foi parar o dinheiro? O dinheiro foi parar nos cofres do Estado. Numa ocasião, eu sei que nós aqui na Assembleia Legislativa, há questão de dois, três anos, transferimos do DETRAN para o tesouro do Estado para recuperar as rodovias no Estado do Paraná. Agora, tirar dinheiro do DETRAN e jogar para outras atividades do Governo do Estado, tudo bem, mas desde que o serviço seja bem prestado. O que não podemos concordar é que as taxas que são pagas, não são baixas, são altas. As multas que são recolhidas são altas, porque se não fosse assim não teríamos um superávit de R\$ 311 milhões no DETRAN. O serviço este ano está de péssima qualidade, um desrespeito com a população do Estado do Paraná.

Já falei aqui desta tribuna, espero que o Governador Roberto Requião, que é um homem sensível, que é um homem que quer a população bem atendida, que ele diga para o Diretor do DETRAN: “Olha, vamos resolver a questão do DETRAN”. Antes tarde do que nunca. Dois meses, três meses, a população está sofrendo. Espero que credencie, o mais rápido possível, tantas clínicas quantas forem necessárias e quantos profissionais forem necessários para resolver a questão das filas quilométricas no DETRAN.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Elio Rusch, teve superávit, está sobrando dinheiro no DETRAN e os problemas continuam, os problemas são graves. Os usuários, às vezes, ficam esperando dois, três, quatro meses para fazer a renovação de uma carteira. Estamos solicitando, aqui, através da Assembleia Legislativa, eu fiz um ofício e encaminhei, inclusive à Direção do DETRAN, pedindo ao Governo do Estado para que as autoescolas tenham o direito de se apropriar novamente, como acontecia antigamente, dos processos. Isso é uma legislação federal que garante, que dá esse direito às autoescolas, porque no Estado do Paraná são 800 autoescolas que estão passando por dificuldades. Uma pessoa chega a autoescola e pede a renovação da carteira, paga em duas, três ou quatro vezes, parceladamente com cheque, e o que acontece? Atraso com relação a problemas no DETRAN. Aí eles cancelam os cheques e o prejuízo fica com as autoescolas. Por isso, estamos fazendo a solicitação para que as autoescolas possam se apropriar novamente dos processos para que isso tenha celeridade, ajude inclusive a sanar os problemas que o DETRAN, hoje, está ocasionando a todos os usuários, a todos os cidadãos paranaenses. Só gostaria de deixar registrado isso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

É importante, Deputado Marcelo Rangel, que se diga na regulamentação, não é estadual a regulamentação, é federal, o motorista que tem uma Carteira Nacional de Habilitação expedida, acho, antes de 1998, ou ele tem que fazer um teste no DETRAN, ou ele tem que frequentar 10 ou 15 aulas nas autoescolas. Então, as autoescolas estão credenciadas para fornecer e para dar essas aulas aos motoristas. Mas, esse não é motivo para a demora na expedição da Carteira Nacional de Habilitação.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. retorna, já está virando um mantra, inclusive, falar mal do DETRAN.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não, é só uma realidade.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. já teve acesso a todas as informações que requereu, todas elas. Sabe exatamente o que implicou em um acúmulo de 90 mil pessoas, no primeiro trimestre deste ano, para serem examinadas. V. Exa. sabe que houve uma alteração na legislação federal. Pode até não gostar do que eu falo, mas, por favor, escute.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Romanelli, eu lhe cedi o aparte, prazerosamente, mas gostaria que V. Exa. ao menos gentil com o Deputado que lhe cede o aparte.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Peço a V. Exa. que, pelo menos, me ouça.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Estou lhe ouvindo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não, não está me ouvindo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Eu lhe concedi o aparte.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Desculpe, Exa., não estou falando para a platéia, estou falando para V. Exa., estou dizendo o seguinte: V. Exa. sabe muito bem, pelas informações que requereu e que recebeu em relação à alteração da legislação federal da incrição que as pessoas puderam fazer em 2008 para serem examinadas terem a carteira renovada em 2009. Ao mesmo tempo, sinceramente, V. Exa. hoje está implicando, desta tribuna, até com a assinatura do Coronel David Antônio Pancotti, porque ele assina em letra de forma. Ora, cada um assina da forma que quiser, a assinatura é um sinal gráfico da manifestação de nossa fé pública. Ora, Exa., o Coronel Pancotti está moralizando essa estrutura, que tem como forma geral algumas deficiências, especialmente na fiscalização da atuação do Centro de Formação de Condutores, a grande maioria composta de gente muito correta, mas lamentavelmente com exceções.

Temos que aperfeiçoar a legislação, no sentido de cada vez mais fiscalizar a atuação. Quando se mexe com alguns interesses é claro que você enfrenta algumas resistências internas, externas, e há muito interesse. O DETRAN do Paraná não deixa mais vender carteira a prazo para ninguém. O condutor tem que fazer o exame médico e psicológico. Tem que passar no teste de conhecimento, que é muito bem aplicado. Tem que passar no teste do conhecimento, que é muito bem aplicado. Não tem jeitinho para poder passar. Tem que frequentar o curso de aulas teóricas e práticas.

Desculpe, Deputado Elio Rusch, já chega o número de mortes que temos no trânsito neste Estado, nas Cidades, com pessoas mal condicionadas e habilitadas. Não queira vir imputar aqui problemas que temos nacionais, hoje em relação a toda modificação feita pelo CONTRAN e DENATRAN, na emissão da carteria de motorista, como se fosse uma questão do Paraná. V. Exa. se habitou muito a falar mal de algumas coisas. Entendo que V. Exa. é Líder da Oposição e fica todo dia “procurando um pelo em ovo”. Acho que V. Exa. deveria colocar a mão na consciência e ser um pouquinho mais objetivo nesses temas, para que quando criticar o faça de uma forma bem pontual. V. Exa. extrapolou nessa crítica para o DETRAN, porque V. Exa. tem todas

as informações e sabe muito bem do que estamos falando. Não sei por que V. Exa. insiste dessa forma. Parece-me que não é razoável e não faz parte, inclusive, do seu perfil como pessoa, como Parlamentar e, principalmente, com a responsabilidade de ser Líder da Oposição nesta Casa.

O DENATRAN está bem administrado pelo Coronel Pancotti. As dificuldades que temos são pontuais, do primeiro trimestre, que estão se resolvendo. Não é um problema apenas no Paraná, é nacional, por conta da operação feita na legislação federal, e V. Exa. sabe muito bem disso.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Jamais calarei a minha voz, enquanto o Poder Público não atender bem a população. Jamais me calarei como Oposição ou mesmo no dia em que eu for Situação. Quando um órgão público do Estado presta serviço para a sua gente, como é o caso do DETRAN, que presta serviço para os paranaenses de péssima qualidade, fazendo com que eles tenham que levantar de madrugada para pegar uma senha, correndo o risco de não conseguir e ter que voltar no dia seguinte novamente, e dizer que o DETRAN está prestando um bom serviço? V. Exa. quer fazer um paralelo entre os acidentes de trânsito, às mortes que infelizmente se registram no Brasil e no Paraná, em especial, com o serviço prestado pelo DETRAN, quando na renovação da Carteira Nacional de Habilitação? Não posso concordar com V. Exa. Serei um defensor incontestado da sociedade do Estado do Paraná, seja eu Oposição ou Governo, porque jamais estarei aqui na Assembléia para defender o Governo diante da população. Sempre estarei aqui para defender os problemas que afligem o Estado do Paraná.

O DETRAN não está prestando um serviço bom. Basta perguntar para as pessoas que precisam renovar a sua carteira, ao cidadão comum. É preciso dois meses. Estamos fazendo isso não é de agora. As respostas que recebemos são pontuais em cima da legislação. Mas não dizem se vão credenciar mais clínicas ou contratar mais gente. O Coronel Pancotti diz que está pedindo autorização para contratar mais gente. É uma autarquia, que tem autonomia administrativa e financeira. Não precisa autorização.

Agradeço ao Deputado Romanelli pelo aparte. V. Exa. fez a defesa do DETRAN e eu faço a defesa da população, que não é bem atendida em relação à renovação da Carteira Nacional de Habilitação. O que me trouxe para cá também é em relação a assinaturas. Mostro para V. Exa. agora, as duas assinaturas que tem o Coronel Pancotti para divulgar o seu nome. Vamos ver o que vai acontecer no ano que vem com essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Elton Welter, no Pequeno Expediente.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para enaltecer, no dia de ontem votamos aqui resoluções importantes que vão dar mais transparência às ações nesta Casa. É preciso ser claro em algumas medidas e quero aperfeiçoar um processo de uma Resolução, que é a nº 03.

Desde que entrei nesta Casa sempre primei pela qualidade das assessorias, tanto das individuais quanto das coletivas, que podem atender o conjunto dos Parlamentares. Nesse sentido, a minha intenção é apresentar uma emenda, e a idéia é a seguinte, porque temos assessorias que estão no interior, temos técnicos que não podem estar à disposição integralmente nos gabinetes, até pela responsabilidade na profissão que têm, e o custo da sua integralidade seria altíssimo, por isso esses nomes, na minha visão, estar designados na Casa com a publicação e dizermos: “Meu assessor jurídico é fulano de tal, que trabalha na Cidade tal”. Ou até um profissional de comunicação que tem reconhecimento, visão política, e que pode ser nomeado e trabalhar no setor privado. Não vejo problema.

Por isso, queria que ficasse bem claro com a minha emenda, de que se alterasse acrescentando o parágrafo único do artigo 2º da resolução, a seguinte redação: “Admite-se a nomeação de especialistas devidamente habilitado e/ou de competência técnica específica, para fins de assessoramento nas áreas jurídicas, informática, comunicação, finanças públicas, em dedicação parcial, com prestação de serviços a critério do Parlamentar. Desde que atendidos os requisitos descritos no artigo 1º desta resolução” Que é a publicação que tem que ser compatível com a função.

Justificativa: “O objetivo desta emenda é viabilizar aos Parlamentares terem à sua disposição, de forma continuada, a assessoria técnica em áreas que exigem conhecimentos específicos, como por exemplo: assessoria jurídica parlamentar, assessoria em comunicação, assessoria em finanças públicas e outras, a ser prestado por profissionais de reconhecida capacidade técnica, os quais podem prestar melhor serviço especializado a partir dos seus próprios locais de trabalho profissional, sem dedicação integral ou exclusiva, desde que observadas as condições legais de nomeação descritas no artigo 1º desta resolução”.

Sr. Presidente, esta emenda visa aperfeiçoar o processo de assessoramento dos Deputados nas bases parlamentares. Dando total transparência nomeado na Cidade respectiva do Parlamentar ou na Capital do Estado, um reconhecido constitucionista que não pode dar serviço integral nesta Casa. Mas, vai estar nomeado. Ele não pode ser constrangido quando for publicado o seu nome que está nomeado. É isso que está acontecendo. Quero dar lisura absoluta de que o profissional técnico, de reconhecida competência, possa estar nomeado num gabinete

parlamentar de forma contínua. Isso é muito importante e, no meu entendimento, fundamental para aperfeiçoar o Projeto de Resolução nº 03, e fará com que ainda mais se aperfeiçoe o processo de transparência e publicidade de quem trabalha nesta Casa.

A intenção deste Parlamentar é aperfeiçoar e qualificar cada vez mais as assessorias coletivas.

Portanto, vou apresentar esta emenda e peço já o apoio dos senhores. Espero que ela prospere. É no sentido de dar lisura total, Sr. Presidente, dos funcionários que estarão nomeados nas Cidades, técnicos das áreas específicas que podem ser nomeados para dar atendimento qualificado e técnico, e essas pessoas certamente não têm muitas vezes a condição de fazer período integral no gabinete do Deputado.

Por isso, é bom deixar claro, para evitar possíveis constringimentos de funcionários que serão nomeados, ou assessores técnicos que são designados ou serão designados nos gabinetes parlamentares.

Então, desde já peço apoio a esta emenda, e o objetivo dela é melhorar o processo de transparência e aperfeiçoamento técnico-legislativo para o mandato dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno expediente, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar a minha saudação aos jornalistas que cobrem esta Casa, porque hoje é o Dia do Jornalista Um trabalho difícil, às vezes incompreendido, mas que vemos na maioria dos jornalistas que cobrem esta Casa, a afeição que têm por esta Casa e pelos Deputados. Às vezes matérias saem contra nós, contra outros Deputados, mas sabemos que às vezes a matéria vem comandada pelo jornal e os jornalistas procuram cobrir com isenção, dando maior transparência aos Deputados e ao Poder Legislativo. Por isso a minha saudação especial a todos os jornalistas que cobrem a nossa Assembleia Legislativa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o motivo que me faz vir a esta tribuna é que vemos sempre a crítica ao DETRAN, ao aumento dos funcionários, e quero vir hoje a esta tribuna para contar coisas boas. Projeto de nossa autoria, sancionado ano passado, em dezembro, pelo Governador Requião, isenta de pagamento de taxa de travessia do ferry-boat de Guaratuba todos os veículos emplacados pertencentes a proprietários daquele Município.

O nosso projeto teve apoio de todos os Deputados, foi sancionado pelo Governador. Infelizmente, a nossa Justiça, que sempre cria problemas para aquilo que interessa a população paranaense, principalmente nas causas dos pedágios, isenções de taxas, projetos que não condordávamos com a cobrança de estacionamento

nos shoppings, são coisas que às vezes o assunto vem à tona e outras vezes é esquecido. Mas nós não cruzamos os braços. Como tinha a renovação da concessão para o ferry-boat de Guaratuba, pela firma F. Andreis, foi feita uma nova licitação. E nós, matreiros como somos, junto com o Presidente Nelson Justus e com alguns Deputados, inventamos uma maneira de amarrar a gratuidade na travessia do ferry-boat, acrescentando uma cláusula em que a vencedora da concorrência teria que obedecer o motivo e aquela lei sancionada pelo Governador Requião, a Lei nº 15749 de 26 de dezembro de 2007. Foi embutido no edital e as firmas que compraram o edital e se habilitaram, tinham que se adequar àquela norma.

Claro, houve um vencedor, e esse vencedor foi a F. Andreis, esse contrato foi firmado por 10 anos, mas com uma vantagem a mais: além da gratuidade da travessia uma vez por dia aos moradores credenciados e com veículos emplacados na Cidade de Guaratuba, uma vez por dia vir para Paranaguá, Matinhos, Caiobá ou para a Capital e voltar com destino a sua Cidade. Além disso, um dos benefícios da nova concessão e da licitação foi que a tarifa que hoje é R\$ 5,10, teria que ir para R\$ 6,10. Um real a mais. Mas na exigência, esse R\$ 1 teria que ser absorvido. E conseguimos ainda que a tarifa baixasse para R\$ 5, R\$ 1 a menos, nas tarifas cobradas anteriormente, R\$ 0,10.

É o início da derrocada daquele pedágio que baixa ou acaba. É a primeira vez, além do processo que eu e o Deputado Romanelli recebemos das concessionárias, que conquistamos uma vitória. E amanhã, a partir da zero hora de amanhã, meia-noite do dia 8, a população de Guaratuba estará atravessando de graça, os estudantes, os professores, aqueles que necessitam ir a Paranaguá, porque todo o Litoral, o centro do Litoral é Paranaguá.

Enfim, é uma conquista, que o Governo através desta Assembleia, dos nossos companheiros Deputados, conseguimos em benefício da nossa população.

Como vamos desenvolver o nosso Litoral? Dando benefícios, porque daqui para Paranaguá temos que pagar o pedágio mais caro do Brasil, R\$ 12,50. Vejam a diferença. Já foi implantado na estrada São José, Joinville, duas praças de pedágio. E o custo é R\$ 1,10. No mesmo trecho, Curitiba-Guaratuba é R\$ 2,20. Do nosso trecho, Curitiba ao litoral, R\$ 12,50. Então estamos beneficiando o Município de Guaratuba. Estamos favorecendo aos turistas, à população que quer se deslocar ao Litoral para que ao menos faça uma travessia, um passeio, e principalmente a população de Guaratuba que usa o ferry-boat como trabalho, como necessidade de estudar, de crescer, de aprender, de fazer compras, de construções, enfim do mercado dos pescadores. A maneira que achamos para melhorar as condições do Município de Guaratuba, Terra Dourada, hoje temos uma Prefeita, a Dona Evani Justus, cunhada do nosso Presidente, uma nova administração, uma administração moralizadora, depois de uma série de desmandos naquele Município.

Esperamos que Guaratuba, a partir desta meia-noite, e no dia 29, quando Guaratuba completa 200 e tantos anos, estaremos lá contando à população este benefício do Governador Requião, desta Casa, do nosso Presidente e deste Deputado. Parabéns a Guaratuba, antecipadamente, pelo seu aniversário, e parabéns aos Deputados que defendem os interesses da população do Litoral paranaense.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns ao Deputado Anibelli.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Sr. Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente cumprimentar o Deputado Antonio Anibelli, pela feliz iniciativa. Também tenho uma relação de muitos anos com Guaratuba, minha família tem casa lá, tenho muitos amigos que moram e trabalham naquele Município. Participamos da política de Guaratuba, onde a liderança do Partido Progressista é nossa, apoiamos a Prefeita eleita Evani Justus, que por sinal vem revelando-se uma competente administradora pública.

E foi muito justo o projeto de lei que o senhor apresentou aqui na Assembleia Legislativa para que as pessoas que vivem naquele importante Município do Litoral não sejam obrigadas a pagar diariamente a tarifa do ferry-boat e das balas.

Pesa muito no bolso de um estudante que tem que dirigir-se diariamente para Paranaguá, ou de um trabalhador, Deputado Belinati, que tem que dirigir-se para Matinhos para fazer algum serviço para a sua empresa, pagar o tempo todo esse pedágio. Porque é um valor semelhante a do pedágio a tarifa que cobram no ferry-boat.

Acho que esse projeto é bom, o Deputado Anibelli está de parabéns, esta Casa está de parabéns. Essa iniciativa vai contar com o nosso apoio. Estaremos atentos toda vez que formos à Guaratuba, para fiscalizar o cumprimento desta decisão que se aplica à empresa F. Andreis, que há muitos anos explora o serviço de ferry-boat entre Caiobá e Guaratuba.

Sr. Presidente, eu não posso, neste início de Sessão, deixar de registrar aqui e de lamentar profundamente o passamento de uma das figuras mais queridas da juventude curitibana. O nosso amigo Ali Mohamed Sharki, que nos últimos tempos trabalhava inclusive com a equipe do Deputado Alexandre Curi aqui na Assembleia Legislativa. Mas era um grande amigo nosso, uma pessoa conhecida em toda a Cidade, popularmente, como “Ali Minhoca”. O “Ali Minhoca”, Ali Sharki, foi amigo

de várias e várias gerações de curitibanos e era um verdadeiro herói, porque há mais de 20 anos ele lutava contra uma grave doença renal. Chegou a fazer transplante de rim. Sobreviveu muito tempo graças a esse transplante e foi um herói, porque resistiu e lutou pela vida enquanto pôde.

Portanto, quero aqui registrar meu profundo pesar em meu nome e em nome de outros Deputados aqui, que também eram amigos do Ali Mohamed Sharki, pelo seu falecimento. Quero externar a toda colônia árabe, em especial aos seguidores da religião islâmica em Curitiba, os nossos sentimentos, já que a família do Ali Mohamed Sharki é uma família extremamente ativa na colônia árabe curitibana. Tenho certeza que toda a colônia árabe da nossa Cidade está de luto nesta terça-feira.

Também não posso deixar de registrar, Sr. Presidente, que hoje é o Dia Mundial da Saúde, e também é 7 de abril o Dia Nacional de Luta pela Saúde.

Vejo aqui algumas servidoras e alguns servidores da Saúde do Estado do Paraná. Quero dizer a vocês que a reivindicação que vocês fazem é justa, é correta, é pertinente e tem o apoio do Presidente da Comissão de Saúde desta Casa.

Senhores servidores da Saúde, o Deputado Belinati dizia e eu acompanhava do meu gabinete o seu discurso. Por que o Governo não atende o pleito dos servidores da Saúde? É algo inexplicável. O caixa do Governo do Paraná, segundo informações que tenho, está saudável. O Governo tem recursos em caixa. Os servidores pedem um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos próprio para a categoria.

Por que não, se tantas categorias têm esse plano? Os servidores da Saúde, que estão diariamente atendendo aos pacientes, lidando com os seres humanos, fazendo o que há de mais precioso nesta vida, que é salvar a vida de um homem, de uma mulher.

Vamos continuar lutando, companheiros. Não se entreguem e nós não nos entregaremos, vamos brigar juntos, vamos cobrar do Governo esse plano e esses 15% que vocês estão reivindicando.

A qualidade da Saúde para a população mais humilde, para pessoas mais pobres que não têm recursos para contratar um plano de saúde e, por sinal, os planos de saúde estão caríssimos hoje no Brasil.

A qualidade da Saúde passa exatamente pela boa remuneração dos servidores, das pessoas abnegadas que estão no dia a dia lidando com os pacientes e todos aqueles que dependem do Sistema Único de Saúde no nosso País.

O SUS não é uma má ideia. O SUS pode e deve funcionar.

Ainda esta semana eu li a revista Veja e vi que muitas pessoas estão sobrevivendo graças a transplantes de órgãos feitos pela Saúde Pública por preços baixos pelo SUS, transplantes de coração, de fígado, rim, feitos pelo SUS.

O SUS pode melhorar, o SUS atende, na medida do possível, bem à população.

Os profissionais de Saúde têm que ser valorizados, têm que ser bem remunerados, para que possam trabalhar com dignidade, para que não tenham que atuar em ofícios informais, porque a informalidade acaba prejudicando o trabalho oficial. Estamos ao lado de vocês, e vamos continuar neste Dia Mundial de Saúde.

Quero aproveitar o ensejo para cumprimentar todos os profissionais que trabalham na área da Saúde. Todos os médicos, enfermeiras, funcionários de hospitais, de clínicas.

O Dia Mundial da Saúde é dia de relembrarmos os ensinamentos de São Lucas, eternizados no livro da grande escritora Taylor Caldwell, onde ela nos relata que São Lucas era médico de homens e de almas. E quem trabalha com a Saúde, não só aqueles que são médicos, mas principalmente vocês profissionais que estão na área de ponta, trabalham com almas.

Não há nada mais importante para uma pessoa que chega num posto de saúde, num hospital, que chega numa clínica, do que ser bem atendida, ser atendida com gentileza, com respeito, com educação, com compreensão e até com tolerância, porque muitas vezes aquela pessoa chega nervosa devido a um problema enfrentado por algum familiar.

Por isso fica aqui o nosso apelo ao Sr. Governador Requião, o senhor que tem o hábito de assistir a TV SINAL, olho no olho, peço ao senhor, pense com carinho, pense com respeito nos servidores da Saúde do Paraná e atenda esta reivindicação justa, que é o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, e também a reivindicação dos 15% para a Saúde do Paraná, para os servidores da Saúde. É um apelo que nós fazemos. Precisamos disto no nosso Estado.

Quero aproveitar o ensejo para comunicar que no dia 30 de abril estaremos realizando o 1º Congresso Estadual da Comissão de Saúde. Conseguimos a confirmação importante de uma das maiores autoridades em prevenção ao câncer de mama do Brasil, que é o Dr. José Aristodemio Pinotti, médico renomado, foi Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, atualmente é Secretário da Mulher, no Município de São Paulo, Deputado Federal também. E o Dr. Pinotti confirmou a presença e estará aqui no dia 30 de abril entre os palestrantes do 1º Congresso Estadual da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Paraná.

Para finalizar, Sr. Presidente, nestes poucos minutos que me restam, quero cumprimentar a Mesa Executiva desta Casa, na sua pessoa, na pessoa do Deputado Alexandre Curi, também cumprimentar o Diretor Geral da Assembleia, Abib Miguel, e o Deputado Durval Amaral pela elaboração do Portal da Transparência. Não tenho dúvida nenhuma de que este projeto trará avanços significativos para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

E neste momento em que os ventos da transparência parecem estar soprando em nosso Estado, creio que seria oportuno, e agora que estamos fazendo isso, não vejo mais porquê o Poder Executivo não fazer, que seja colocado para votação e de preferência para a derrubada por parte dos Srs. Deputados. Claro que cada um votará conforme sua consciência mandar. O projeto de nossa autoria estabelece que as viagens de servidores públicos comissionados e concursados, ao exterior, quando pagas pelo erário público sejam publicadas no Diário Oficial do Estado, com o nome do servidor que viajou, com a motivação da viagem, com o destino da viagem, com a data de partida e retorno e com o valor gasto pelo erário público com a viagem.

Este projeto eu apresentei, ele foi aprovado com parecer favorável na CCJ, na Comissão de Finanças, em 1ª, 2ª e 3ª discussões no plenário, teve a redação final aprovada. Mas, lamentavelmente foi vetado pelo nobre Governador, a quem tenho profundo respeito. E não pense o Governador que este projeto é para atingi-lo. De modo algum. Amanhã ou depois o Governador vai ser o Pessuti, depois pode ser o Beto Richa, o Álvaro Dias, o Osmar Dias, pode ser até um nome que nós nem imaginamos que vai chegar ao Governo.

Então, eu ajo com impessoalidade. Sigo o princípio da impessoalidade ao cobrar, aqui, a aprovação deste projeto. Não vejo mais motivo nenhum para que o Poder Executivo não queira também que as contas de viagem ao exterior dos servidores públicos estaduais sejam publicadas em Diário Oficial.

Faço este apelo, que V. Exa. veja a oportunidade de colocar na pauta esse projeto, assim como o projeto que estabelece que todas as instituições privadas, ONGs, instituições não governamentais, fundações e associações que recebam verbas públicas a título de subvenções, auxílios ou parcerias, fiquem obrigadas a publicar semestralmente seus balanços e a demonstração do resultado em jornal de grande circulação no Município onde estejam situadas. Também é um projeto de nossa autoria que, se não me engano, já tem os pareceres favoráveis e está pronto para vir para a pauta. Faço esse apelo a V. Exa., Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, levanto aqui uma questão de ordem e na sequência vou lhe encaminhar por escrito. Somos sabedores que nesta Casa está um projeto de autoria do Executivo, solicitando autorização legislativa para a construção da Usina de Mauá, e até o presente momento, pelas informações que temos, essa autorização legislativa não aconteceu. Pergunto a V. Exa. em que pé está esse projeto, onde está, se está tramitando ou não, até porque temos a informação de que a Usina de Mauá já está sendo construída e pelo o que estabelece o artigo 209 da Consti-

tuição Estadual, para que se inicie uma obra, a construção de uma usina, seja ela do porte que for, há a necessidade de autorização legislativa.

Portanto, levanto esta questão de ordem para que possamos esclarecer essas dúvidas, até sob pena de responsabilizarmos o Governo para execução da obra, porque sem a autorização legislativa ele não poderá acontecer, e temos a notícia de que o Presidente da República aqui estará nos próximos dias para visita a essa obra e este Parlamento está sendo desrespeitado pela nossa observação.

Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a questão de ordem de V. Exa., Deputado Ademar Traiano.

Realmente o preceito constitucional é verdadeiro. Há a necessidade, sim, da aprovação nesta Casa de mensagem que permita a licença para a execução de qualquer tipo de usina. Vou verificar na Casa onde se encontra essa mensagem, se já passou por alguma comissão, mas efetivamente não houve autorização alguma da Assembleia Legislativa; ela, que me recorde, não se manifestou, o que é realmente grave. Vou apurar isso para que eu possa lhe responder o mais rápido possível.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Fico agradecido, Sr. Presidente, até porque diante dessa situação já estamos analisando a possibilidade de embargo da execução da obra e encaminhando uma ação jurídica para que possamos reparar essa falha que, lamentavelmente, parece-me que o Governo está cometendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida
(PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente e nobres Pares.

Amanhã a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que ficou de relatar o projeto que extingue a SUDERHSA e cria o Instituto Paranaense de Águas, o já denominado IPAGUAS, fará uma Audiência Pública no plenarinho da Assembleia, e eu gostaria de convidar todos os Deputados para, às 9h, no plenarinho, tomarem ciência do projeto, afinal não é todo dia que se extingue uma autarquia do porte, da envergadura da SUDERHSA, com as suas repercussões, sejam elas de ordens legais apenas, sejam elas de ordens trabalhistas. E cria-se um instituto desse porte, um instituto voltado para o gerenciamento das águas em nosso Estado. Então, gostaria de estender, Sr. Presidente, para todos os demais Deputados e Deputadas esse convite para amanhã, às 9h, no plenari-

nho da Casa essa discussão. Virão várias pessoas, vários profissionais da academia, do Instituto Ambiental do Paraná, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de vários outros setores, e é fundamental os Deputados para que possamos pensar em emendas para esse projeto, que sem dúvida nenhuma, no mínimo, é um projeto bastante polêmico.

Mas hoje também é o Dia Mundial da Saúde, como aqui já foi muito bem falado pelo nobre Deputado Ney Leprevost e pelo Deputado Belinati. E é com bastante tristeza que vemos exatamente no Dia Mundial da Saúde estampadas nos jornais notícias como esta. “Força Tarefa recolhe mais de cinco toneladas de agrotóxicos no Paraná”, Diário Popular do dia 7 de abril de 2009. E o Diário Popular começa essa matéria dizendo que em sete meses uma Força Tarefa, formada por diversos órgãos estaduais, recolheu no Município de Arapongas, lá do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, no Norte do Paraná, cinco toneladas de embalagens e de agrotóxicos. E esse agrotóxico é o BHC, conhecido como pó-de-broca, um poderoso veneno, altamente tóxico, muito usado nos anos 70, e de comercialização proibida no Brasil há mais de 20 anos. O material apreendido foi enviado para incineração no Estado do Rio de Janeiro.

Durante os meses de agosto e setembro do ano passado, a SANEPAR precisou interromper, por diversas vezes, o abastecimento de água no Município, em função dos poluentes encontrados próximos aos rios na área urbana das duas microbacias da região. Até agora foram levantadas 1 mil e seis vistorias, e 222 delas em situação irregular. Isso significa, Sr. Presidente, que aproximadamente 20% das propriedades que foram examinadas, levantadas, têm irregularidades quanto a presença de agrotóxico, e esse agrotóxico é o BHC. Bem, tenho denunciado isso aqui desde que cheguei à Casa, há pouco mais de dois anos. Aliás, um projeto de minha autoria, aprovado pela Casa, em conjunto com a Deputada Rosane Ferreira, institui a chamada auto-denúncia, para que o agricultor diga aonde está o veneno. Porque o grande problema é que nós temos cerca de 4 milhões de quilos de BHC no Estado, o Governo não sabe aonde estão, e quem sabe tem medo de dizer, porque teme uma eventual represália do ponto de vista de ações judiciais ou sanções administrativas. Esse projeto foi aprovado pela Casa, depois de um caminho longo e tenebroso, e agora está nas mãos do Sr. Governador. E nós esperamos que o Sr. Governador sancione o mais rapidamente possível esse projeto, para que tenhamos a possibilidade de fazer com que o estado recolha esse veneno e efetivamente coloque esse veneno fora do Paraná.

E vejam bem, Srs. Deputados, não é apenas o BHC, o famoso pó-de-broca, na verdade é uma lista de 13 agrotóxicos proibidos, chamados comumente de a lista dos 13 sujos, que de fato envenenam águas como essas de Arapongas, onde a SANEPAR teve que suspender o abastecimento, porque encontrou veneno na água de um manancial que abastecia a Cidade. Isso não é brin-

cadeira. E esses venenos são cancerígenos. Não é à toa que o Paraná, o Estado que mais usa agrotóxico, é o campeão de câncer de fígado e de pâncreas. Isso não é uma mera coincidência.

Acredito que no Dia Mundial da Saúde devemos pensar sobre essas questões. Elas não são questões meramente ambientais, mas são questões pertinentes à prevenção, à precaução, a princípios que são tão caros à questão de saúde.

Por isso, faço um apelo ao Governador Requião, que sancione o projeto aprovado nesta Assembleia Legislativa. Estaremos dando o exemplo ao resto do País, que também usou esse veneno na cultura do algodão e do café e, quem sabe, limpando o Paraná, evitando problemas como esse. Vinte por cento das propriedades paranaenses com irregularidades constantes. Foram 1 mil e seis vistorias e 222 delas irregulares.

Também o que me traz à tribuna é o fato de eu estar protocolando, no dia de hoje, um projeto de lei que institui, no Paraná, o pagamento por serviços ambientais. Não há, talvez, um assunto mais candente hoje na discussão entre ambientalistas e produtores rurais do que a questão do Código Florestal. O Código, com 75 anos, incendeia qualquer discussão. E, recentemente, na Exposição Agropecuária de Londrina, enquanto discursava o Ministro Reinhold Stephanes, dizendo que era preciso flexibilizar o Código Florestal, usar as áreas de preservação permanente, ou somá-las às áreas de reserva legal, o Governador Roberto Requião, no seu discurso, interveio e fez uma contraposição seriíssima à posição do Ministro.

Por que se faz essa discussão? Porque o Brasil quer produzir, o mundo cresce e o Código Florestal, segundo alguns, segura a produção.

O proprietário rural que dá 20% da sua área para fazer uma reserva legal, está preservando uma área não para si, mas para a sociedade.

Quanto custa preservar uma imbuia de 700 anos dentro de uma propriedade? Uma canela, uma araucária, uma peroba? O cidadão que faz isso preserva para a sociedade. Ela presta um serviço ambiental e não recebe absolutamente nada por isso. Ele preserva para os outros. E mais do que isso, temos leis, no Estado do Paraná, como o ICMS Ecológico que é dinheiro que vai para as Prefeituras, porque o Município preserva. Mas não é a Prefeitura que preserva, é o proprietário quem está preservando.

A minha Cidade de Londrina, por exemplo, recebe mais de R\$ 1 milhão todos os anos. E desse dinheiro não vai um centavo para as ações ambientais. O produtor que preserva uma nascente de água boa e cristalina, ou a mata ciliar, não ganha nada. Esse dinheiro vai para o Prefeito que, às vezes, vai construir um coreto para a banda, ou fazer a iluminação de uma rua.

Então, estou entrando com um projeto de lei que institui o pagamento por serviços ambientais no Estado do Paraná. A conservação e melhoria da qualidade e dis-

ponibilidade da água; a conservação e incremento da biodiversidade; e redução dos processos erosivos e a manutenção, recuperação e averbação da reserva legal deverão ser objetos de pagamento pelo Estado, pelo ICMS Ecológico, pelo ITCMD, que o Estado arrecada mais de 60 milhões por ano de proprietários que transmitem suas propriedades, enfim, do FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente, do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Há recursos, há disponibilidade, espero que haja vontade e que a Assembleia debata esse assunto.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. Esse projeto que V. Exa. fala já é fruto de um projeto que está tramitando, que é de minha autoria. Tenho convicção que suas ideias têm compatibilidade com o projeto que fiz, que já tramita nas comissões, e esses dois projetos devem se juntar, até porque tratam do mesmo tema. É fundamental que encontremos, além do que V. Exa. já falou, do Fundo do Meio Ambiente, do Fundo de Recursos Hídricos, do ICMS Ecológico, mais uma forma de fundo. O fundo criado a partir da taxa da coleta de água do cidadão urbano ajudará a constituir para pagar por esse serviço prestado pelo nosso produtor.

Esse projeto deve ser encampado por esta Casa, com muita firmeza, por todos os Parlamentares, inclusive já dei a cópia do projeto que dei entrada nesta Casa ao Governador. O Secretário Rasca já discute com sua equipe técnica para que possamos dar celeridade a esse projeto. Parabéns pela iniciativa! Espero que tenhamos êxito. O mundo precisa de água com mais qualidade. O cidadão urbano espera uma água com menor tratamento químico possível para o consumo humano. É necessário que hajam os serviços que são feitos para conservar a água, ou que as cabeceiras de nascentes seja preservadas, mas que o ônus não recaia apenas ao produtor, deve ser dividido com a sociedade.

A minha sugestão no projeto é que comece pelas águas ou pelas propriedades de nascentes que abastecem as nossas Cidades. Seria um início.

Obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu é que agradeço. Deputado Welter. Peço desculpas ao Deputado pela inobservância da tramitação do seu projeto na Casa. Agradeço o convite para que possamos fundir os projetos e, tenho certeza absoluta, faremos o melhor possível com ambos.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Luiz Accorsi (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Cheida, ouvi atentamente seu pronunciamento e quero dizer que, na quinta-feira passada, fui até

a Cidade de Extrema em Minas Gerais. Lá eles fazem um trabalho de conservação de nascentes mais ou menos parecido com aquele trabalho feito em Nova Iorque, que gastaram R\$ 1 bilhão para fazer a conservação de nascentes da região toda de Nova Iorque, num raio de 200 quilômetros, e economizaram R\$ 10 bilhões. Então, foi uma coisa que me interessou.

Eu fui para Extrema, onde o Prefeito talvez é um ex-amigo seu de Londrina. É um médico formado na minha época, em 1975, aqui na Federal. Nós rodamos a Cidade toda, as sete bacias que pertencem a Extrema, e vimos o trabalho interessante que é feito e também, é um trabalho pago pelo agricultor. Lá é uma região leiteira, é uma bacia leiteira. Então, o agricultor, para poder cercar uma mina, vai perder quanto de pasto? Vai perder o pasto equivalente a 10 cabeças de gado por ano. Então, é pago em cima disso, todo mês, uma quantia do que essa propriedade perde.

Uma coisa que achei interessantíssima é que essa região da Cidade de Extrema abastece a Capital de São Paulo em 50% da água. Quer dizer, logicamente, alguém tem que ajudar a pagar esse povo que conserva as nascentes de água daquela região. Eles pagam para todos os proprietários da Cidade uma quantia que chega a 200, 300, R\$ 400. No total eles gastam R\$ 12 mil por mês. Eu achei uma quantidade muito irrisória pelo trabalho muito bem feito por eles fazem nessa Cidade. O interessante é que apareceram muitas ONGs, agora, depois que apareceu o programa na televisão, o Globo Rural, ajudando, tentando ajudar a fazer esse trabalho.

Eu também entrei com um projeto, até precisamos conversar. Esse projeto está pronto e entro amanhã, um projeto que tem alguma coisa a ver com o teu, mas só fala das nascentes, conservação de nascentes. O Governo do Estado banca isso também em cima de uma percentagem do ICMS Ecológico. De repente, para você abrir um poço artesiano, você paga uma taxa, 20% de licença taxa. enfim, o Governo do Estado ajudar a pagar esse povo que faz o trabalho.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Eu que agradeço.

Quero dizer ao Deputado Accorsi que, de fato, o princípio é exatamente esse: é considerar aqueles que preserva como alguém que está prestando um serviço que a natureza faria de graça, ele está prestando um serviço ambiental. E eu acredito que mesmo se tratando exclusivamente de água o seu projeto, o nosso e com segurança o do Deputado Elton Welter de outras questões como áreas de APP e reserva legal, combate a processos erosivos, que na sua região é um problema muito sério, no Noroeste do Paraná, no Arenito Caiuá, não tenho dúvida nenhuma que eles podem ser melhorados e podemos fazer nascer aqui uma nova lógica de patrocínio da sociedade para aquele que preserva. Assim, a discussão do Ministro não tem que ser mais: se reduz a área de reserva

legal ou se funde com a APP, mas sim quanto é que vale preservar aquela propriedade. É uma outra conversa que espero estar, aqui do Paraná, dando uma contribuição a todo país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Esta Casa registra e agradece a presença da dupla sertaneja, esses jovens, o Jackson e o Júnior. Seja bem-vindos à Casa do povo do Paraná.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PT; PSDB; PDT; PMDB. (**Todos declinam**).

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Dr. Batista.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; Sr. 2º Secretário, Deputado Belinati; Sras. e Srs. Deputados; senhores que nos visitam.

Estava ouvindo atentamente o discurso do Deputado Ney Leprevost, que é o Presidente da nossa comissão, da qual eu faço parte, Comissão de Saúde, e ele dava bastante ênfase ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia Nacional de Luta pela Saúde. Nós que fazemos saúde diuturnamente, nós que fazemos um trabalho em Maringá e toda a região, comemoramos ontem o Dia Mundial da Saúde em Maringá. Ontem, nada mais, nada menos, do que o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão - é impressionante o quanto esse Ministro é sensível às causas e às doenças e a essas patologias desconhecidas - um homem bastante sensível, pois lá estavam as pessoas das APAEs reivindicando o desencontro de informações que tiveram do Ministério da Saúde de que as APAEs não receberiam mais verbas do Governo Federal. O que nunca vou acreditar, conhecendo como conhecemos a sensibilidade daquele menos favorecido pela sorte, como é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que gosta do menos favorecido, que gosta do pobre. Ele jamais faria isso, principalmente com as pessoas que têm a suas especialidades, as especiais. Com certeza, ele vai tratar com grande carinho. Ontem, o Ministro disse em Maringá, em bom tom, que vai ver tudo isso chegando Brasília.

Esse Ministro faz um trabalho brilhante, mas ao lado dele estavam muitas pessoas brilhantes também, como o Governador Roberto Requião - em pessoa não estava presente - Orlando Pessuti, que junto com o Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, o Prefeito Silvio Barros, os Deputados Federais Ricardo Barros e Odílio Balbinoti, os Deputados Estaduais, Jonas

Guimarães, Cida, que teve que se ausentar, porque tinha que fazer parte da Mesa desta Sessão, eu e o Deputado Luiz Nishimori, o acompanhamento que fizemos ao Ministro e a todas aquelas autoridades.

O que nos deixou muito satisfeitos foram o Governador Roberto Requião e o Governador, ontem em exercício, Orlando Pessuti e o Secretário Gilberto Martin, com várias inaugurações. A primeira foi uma academia, que segundo o Prefeito Silvio Barros é uma prevenção de doença. É claro que é melhor aplicarmos na saúde do que na doença. É claro que é melhor aplicarmos na saúde do que na doença. Todos nós que somos profissionais da Saúde sabemos disso. Por isso que todas as reivindicações que dizem respeito à saúde são válidas. Sabemos que esse pessoal está realmente ao lado dos menos favorecidos, àqueles que estão com dor. Sempre digo no meu consultório, nas palestras que faço de Medicina Preventiva, você só sabe quanto vale a vida na hora em que você fica doente.

Houve uma inauguração do Jardim Internorte, onde o interlocutor maior foi o Deputado Luiz Nishimori, que em conversa com o Governador conseguiu a liberação de um terreno, que o Prefeito Silvio Barros, mais do que depressa, junto com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, como Cida, o Deputado então Secretário Enio Verri, Nishimori e este que vos fala, apoiamos na construção de um mini-hospital. Porque com a qualidade, os equipamentos e o pessoal que tem naquele posto de saúde, podemos chamá-lo assim.

Na Cidade de Maringá, a Santa Casa de Misericórdia tem, a partir de hoje - foi inaugurada ontem - uma das maiores UTI preparadas por pessoas qualificadas deste País. Parabenizar a coragem da Santa Casa. A Cidade de Maringá atende mais de 100 Municípios da região. São 24 leitos, com aparelhagem de ponta, que estão lá para atender toda a população. Em consequência da vida temos tantas patologias, que precisamos operar com UTIs qualificadas de imediato. Lá estavam o irmão Rafael, que é o Diretor da Santa Casa, o Sr. Diretor José Pereira e mais de 150 médicos estavam presentes, que fazem parte do corpo clínico da Santa Casa. Mais de 600 pessoas participaram, entre autoridades e convidados, e no final teve uma bênção do nosso Bispo, para que todos que entrem naquela UTI tenham saúde e recuperação. Porque a nossa função aqui na Terra, médicos, servidores estaduais, municipais da área da Saúde, é salvar a vida do ser humano. Por isso que todas as reivindicações feitas por todos os servidores deste Estado são válidas.

Um aparte ao Deputado Nishimori.

O Sr. Luiz Nishimori (PSDB)

Realmente, o dia de ontem foi um dia de vitória, de grande alegria do povo de Maringá, recebendo a visita do Ministro José Gomes Temporão, também do Secretário da Saúde Gilberto Martin, mais autoridades, Deputados, comemorando esse dia muito importante e inaugurando a ATI, que diria é projeto de Maringá, da gestão do Prefeito

Silvio Barros e o meu amigo, Secretário dos Esportes, que lançou esse projeto. Até Rondonópolis já tem esse projeto. E também a inauguração do posto de saúde.

Mais uma vez quero reiterar o nosso agradecimento à Deputada Cida, Deputado Batista, Enio Verri e todos os amigos que votaram a favor desse projeto, e agradecer o Governador Roberto Requião que sancionou. O Prefeito Silvio Barros entendeu muito bem a necessidade dos bairros, construindo esse belíssimo posto de saúde.

Além do HU, da Santa Casa, diria que foi um dia muito especial para a Cidade de Maringá.

Muito obrigado.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizar V. Exa. e a presença do Ministro da Saúde na sua Cidade ontem. Espero que ele tenha atendido também o hospital psiquiátrico, uma fundação em Maringá, dirigido pela Dra. Emilia, que está quebrado hoje porque o SUS não paga. Paga R\$ 30 a diária para os hospitais psiquiátricos. O Estado do Paraná - devo reconhecer isso como oposição - o Secretário da Saúde do Estado do Paraná está complementando para que os hospitais psiquiátricos não fechem. Trinta reais para dar café, almoço, lanche da tarde, janta, para ter uma psicóloga, assistente social, psiquiatra, enfermeiros. É vergonhoso o que se registra no Paraná e no Brasil inteiro.

Espero que o vosso pronunciamento, enaltecendo o trabalho do Ministro da Saúde em relação ao que ele fez em Maringá, o sensibilize com os hospitais psiquiátricos do Brasil inteiro.

É necessário que o Governo Federal, através do Ministro da Saúde, dê uma atenção para os hospitais psiquiátricos do Brasil inteiro. De uma forma especial para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Ouvindo bem o Deputado Elio Rusch, muito boa a reivindicação do senhor. A Dra. Emilia estava lá realmente, ela fez a cobrança, ele não respondeu de público, mas, com certeza, pela sensibilidade dele, ele vai analisar. É bem pertinente a preocupação do senhor, Deputado.

E, com certeza, colheremos bons frutos.

E, concluindo, Deputada Cida, quero parabenizar mais uma vez o HU, Hospital Universitário, mais quase 4 milhões o Governador Pessuti levou ontem para complementar aquela área do HU.

Quero parabenizar mais uma vez a Santa Casa de ter a coragem, na situação que estamos, como diz o Deputado Elio Rusch, o que paga o SUS, conseguir mais 24 leitos e nós conseguimos aparelhar.

Muito obrigado, Governador Pessuti, muito obrigado Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, muito obrigado, senhoras e senhores.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PTB/PR. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores.

Eu estava atento aqui ao pronunciamento do Deputado Traiano, que falava sobre autorização da Usina de Mauá, e rapidamente aqui com a nossa assessoria, fomos buscar os detalhes dessa autorização e ela, Deputado Jonas, está realmente aqui na Casa. Não foi autorizada ainda a instalação dessa usina. Aqui está o projeto que foi encaminhado dia 20 de outubro de 2008, o Governador Requião encaminhou e se encontra na CCJ, desde o dia que chegou, no dia 21 de outubro foi para a CCJ, e lá se encontra a autorização para iniciar os trabalhos da Usina de Mauá, na região de Telêmaco Borba, no rio Tibagi.

E realmente aquela notícia dada pelo Deputado Traiano parece ser verdadeira. A usina começou sem autorização legal desta Casa. Não sei que mágica é esta, ou o bom relacionamento que têm alguns empreiteiros aqui do Paraná e alguns proprietários de consórcios, que eles conseguem começar obras sem autorização deste Parlamento.

E, como disse o Deputado Traiano, deveria ter uma autorização desta Casa, a não ser que os eminentes consorciados tenham conseguido uma autorização de outra forma que não seja a concedida por esta Casa, Deputado Belinati, como determina a lei. O Governador encaminhou a Mensagem nº 3308, ela deu entrada nesta Casa pelo Governador no dia 20 de outubro do ano passado, dia 21 foi encaminhada para a CCJ e lá se encontra sem autorização, Deputado Waldyr Pugliesi, e a usina, se não me falha a memória, já está, efetivamente, trabalhando. Pelo menos eu vi outro dia uma foto de terraplanagem que estão fazendo e assim por diante. Deve ser alguma daquelas mágicas tipo a Camargo/Correia, esses grandes consórcios conseguem. Eu não sei como eles conseguem.

Fica aí uma boa pauta neste Dia dos Jornalistas, dia importante, temos que saudar os nossos companheiros jornalistas e fica aí a sugestão de uma pauta. Sempre é bom ouvir ideias. As pautas aparecem e aqui surge uma usina que está sendo construída sem autorização deste Poder Legislativo. Eu não sei qual a mágica que eles fazem. Precisamos descobrir.

Então, fica aí uma sugestão de pauta. Dizem que sugestão de pauta nunca faz mal para nenhum radialista e muito menos para um bom profissional de jornalismo.

Que tal dar uma olhadinha nesta questão que envolve a usina? Seria bom ouvir comentários, que ouvimos seguido sobre como se consegue fazer essa mágica. Os mágicos dos consórcios que iniciam obras sem autorização desta Casa.

Para finalizar, Srs. Deputados, hoje neste dia que se comemora o Dia da Saúde, dia que se fala da Saúde, vi aqui o Deputado Batista muito feliz por obras. E se tem uma coisa que faz bem para quem quer subir politicamente é falar mal da Saúde, é um prato cheio, dá voto, dá lucro e faz muito bem.

Hoje deveríamos elogiar a Saúde um pouco, pelo menos as coisas boas. Vejo, às vezes, aqui alguém falando do SUS, que não é bom. Mas e se não tivesse o SUS como seria? Como seria este País sem o SUS? Tem Países até mais desenvolvidos que o Brasil e que não existe o SUS. Aqui no Brasil, mal ou bem, ainda temos o SUS, fazendo inclusive cirurgias que custam caro. E essa questão que envolve hospitais, tem muitos hospitais que reclamam, falam mal, mas não largam do SUS. Muita gente adora falar mal do SUS, mas se não tivesse o SUS o que seria principalmente do nosso povo? Claro que ele poderia ser melhor, ter mais investimentos. Mas se não tivesse o SUS hoje, para onde iria o nosso povo?

Quem não lembra do INAMPS, do INPS? Precisava ter uma carteirinha, tinha que ser contribuinte para poder ter direito a uma consulta. Os mais antigos aqui lembram. Eu me lembro, porque era obrigado a ir para a porta do INPS, muitas vezes à meia-noite, para poder conseguir uma fichinha para às 8h da manhã trocar por uma consulta para a minha mãe, que era uma pessoa que dependia daquela consulta. Então vamos lembrar disso também. Vamos lembrar das coisas boas, vamos pedir que mais melhorias sejam colocadas na Saúde, que precisa de mais incrementos. Não vamos pensar que o mundo acabou. O SUS, com todas as suas dificuldades, tem feito algumas coisas boas.

Infelizmente o que acontece é que no período da eleição se promete demais, muitos políticos acham que vão resolver o mundo com a Saúde e depois, quando ganham, eles entendem que têm um orçamento que precisa ser cumprido. E aí eles não podem cumprir o que prometeram na campanha com intenção de ganhar a eleição. Porque quando você está atrás do balcãozinho é muito fácil dizer que dá para fazer. Agora, quando você assume o outro lado do balcãozinho, que você assume o comando, você tem que administrar o pouco recurso, você vê como é difícil aquelas palavras ditas antes com facilidade. No Dia da Saúde vamos continuar trabalhando por melhorias, vamos continuar brigando para que os funcionários tenham seus direitos, como vimos aqui a reivindicação que acho justa. Eu quando Prefeito, fiz exatamente isso que determina a lei, dando mais condições principalmente para esse pessoal.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Gostaria de agradecer pelo aparte.

Apenas para justificar a minha ausência na data de ontem, dia 6, tendo em vista o falecimento de uma grande liderança do Estado do Paraná, uma liderança religiosa, o Pastor Israel Sodré, que era Pastor-Presidente do Campo de Foz do Iguaçu, mas que foi Presidente no mínimo por

três vezes da Convenção do Estado do Paraná e hoje era Secretário também da Convenção do Brasil das Igrejas Assembleia de Deus.

Portanto, não tenho nenhuma dúvida de que abre, sim, uma grande lacuna. Difícil assim aos olhos humanos, no meu ponto de vista, de ser preenchida. Pastor Sodré, que fez um grande trabalho ao lado de outras lideranças religiosas. Aqui de Curitiba, o Pastor Pimentel, Pastor Ival, enfim, vários Pastores, várias lideranças proporcionando o crescimento de forma extraordinária tanto da população evangélica de Foz de Iguaçu, como também do Paraná. De Foz do Iguaçu são milhares e aqui no Paraná são aproximadamente 1 milhão de evangélicos, somente na Igreja Assembleia de Deus.

Portanto um trabalho em que as lideranças fazem não somente do ponto de vista espiritual, mas as Igrejas também fazem um trabalho muito relevante, também do ponto de vista social, porque vão a busca dos alcoólatras, dos drogados, e trazem para dentro da Igreja, fazendo com que sejam cidadãos de fato, passando a contribuir com a Cidade, com o nosso Estado e com o nosso Brasil.

Gostaria de cumprimentar aqui toda a população evangélica, população da Igreja Assembleia de Deus, e muito especialmente os seus filhos, os seus genros Ivanete, a Marta e o Toninho. Enfim todos, dizer da nossa solidariedade, que todos podem contar com o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria me somar ao Deputado Chico e também cumprimentar todas as pessoas citadas por ele.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Presidente, Deputados, Deputadas e de maneira especial os nossos jornalistas aqui presentes, sindicatos da Saúde, hoje que é o Dia da Saúde, Dia do Jornalista.

Eu prestava atenção no pronunciamento do Dr. Batista. Aliás, Dr. Batista, eu pedi licença à Deputada Rosane Ferreira, que utilizaria a palavra para falar para os seus colegas da área da Saúde, mas para justamente render essa homenagem à Rosane Ferreira. A nossa Deputada que é do setor de Saúde, é enfermeira, bem como ao senhor, ao Deputado Cheida, ao Deputado Accorsi, ao Deputado Felipe Lucas e nós sabemos que saúde não é uma construção.

Eu me somo a V. Exa. quando comemora e agradece essas inaugurações lá em Maringá, mas acho que o respeito e o avanço na área de Saúde vai acima de tudo na

valorização dos profissionais, porque não é o remédio, não é a construção que realmente traz uma melhoria na Saúde, é o ser humano, o profissional da área da Saúde.

Temos aqui hoje, alguns que não é de hoje, é desde o mandato passado, inclusive lembro-me aqui de uma promessa do Deputado Rossoni, que entraria de joelhos neste plenário se o Governo cumprisse o compromisso de restabelecer algo que tinha com os servidores da Saúde, e não o fez. O Governo não fez. Não o Deputado Rossoni. Ainda está em pé a promessa, ele entra de joelhos aqui se o Governo estabelecer aquilo que eles tinham pactuado.

Mas, essa homenagem, Dr. Batista, Dr. Felipe Lucas, Dr. Cheida, Dr. Accorsi, poderemos fazer de repente até no dia de hoje, porque uma das emendas que foram colocadas ao projeto do salário-mínimo regional visa estender o mesmo benefício também aos servidores da Saúde do Estado do Paraná.

Quero render essa homenagem porque vi com muita apreensão e vou iniciar a abordagem de um assunto que quero fazer num Grande Expediente.

Já faz aproximadamente dois meses que tenho dedicado toda terça e quarta-feira pela manhã para visitar escolas especiais, entidades que cuidam de crianças especiais do Paraná.

Comecei isso com uma ideia de divulgar uma lei que fiz ainda no primeiro mandato como Deputado, que isentava do pagamento de IPVA os pais e os portadores de deficiências especiais.

Percebi que as necessidades são bem maiores, vi com muita surpresa hoje pela manhã e visitei uma entidade, esse anúncio por parte do Ministério de Saúde, que vai cortar em torno de 30% do repasse que faz às entidades que cuidam de crianças e pessoas com necessidades especiais.

Quero ir mais além, isso é muita coisa para eles, mas é muito mais ainda um projeto que votamos aqui estabelecendo o concurso público para educadores especiais do Estado do Paraná que foi feito concurso, que a maioria das entidades não estão recebendo os professores suficientemente. Que existem professores contratados por PSS somente no período de um ano que não têm a dedicação e principalmente a metodologia para cuidar de crianças especiais e estão recebendo menos desse salário-mínimo que está sendo estipulado hoje.

Gostaria de aproveitar principalmente o pronunciamento do Deputado Dr. Batista e não faria a utilização da palavra hoje, mas quando V. Exa. falou que o Ministro iria resolver ainda ontem isso, é bom que resolva, porque muitas APAEs, muitas entidades que cuidam de deficientes no Paraná simplesmente fecharão as suas portas se isso não for revisto. Vamos juntamente com todos os senhores, através desta Casa, nos somar, porque assim como o Governador falou na terça-feira passada na “escolhinha” quando lá estava um Padre do Pequeno Cotelengo e ele falava que o Governador deve agradecer às entidades que avocaram para si a responsabilidade que seria do Governo de cuidar dessas pessoas com necessidades especiais, e o Governo

tinha que pagar a conta e fazer tudo que estivesse ao seu alcance. Esta Casa também tinha que fazer a mesma coisa que o Governador falou, se somar a essas escolas do Paraná inteiro e estender o braço para fazer simplesmente que a lei seja cumprida.

Realmente é fim da picada o que está acontecendo em muitas escolas que eu visitei. Muitas dessas escolas estão passando constrangimento por falta de sensibilidade por parte da Secretaria da Educação, que exige relatório de qual ensino profissionalizante está sendo dado para aqueles que têm mais de 16 anos. Só esquece que lá na outra ponta o ensino está sendo dado, não é ensino, é fisioterapia, porque algumas pessoas que recebem esse recurso e são tratadas por essas entidades lá no Rio Grande do Sul, seriam considerados seres humanos vegetativos. São pessoas que não têm expectativas, estão aqui com um sofrimento muito grande, vão a essas escolas para receber fisioterapia e a Secretaria da Educação quer relatório do que é que está aprendendo, ou se não têm 16 anos estão ensinando inglês, espanhol.

Falta sensibilidade e novamente me aproprio das palavras do Governador Requião: “As pessoas que estão cuidando dessas crianças e adultos no Estado do Paraná, o fazem não por um exercício de salário, ou exercício público, fazem por vocação e acima de tudo por amor. Eles estão fazendo muito bem feito, inclusive com falta de recursos públicos”.

O Sr. Felipe Lucas (PPS)

Deputado Reni seu pronunciamento é muito importante, haja vista que temos sempre algumas bandeiras que são importantíssimas, entre elas a Saúde, a Educação, a Segurança que se fala e o senhor tem falado hoje, aqui, com toda propriedade. Queria enaltecer o discurso do Dr. Batista quando ele diz que o dia especial foi de Maringá, ontem, com a presença do Ministro da Saúde. Mas, o seu discurso é momentâneo e próprio para o dia.

Nós precisamos, de fato, apoiar os funcionários. Já algumas vezes esta Assembleia não teve uma coesão, mas é importantíssimo que sem as pessoas, sem os técnicos, e a Deputada Rosane Ferreira está aí e tem um trabalho formidável, também o Deputado Dr. Batista, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, o Deputado Luiz Accorsi, enfim, todas as pessoas aqui, ou contribuem, V. Exa. mesmo contribui, ou são usuários.

Portanto, precisamos. E a APAE faz um serviço extraordinário. Quem de nós, próximos a alguma família ou alguém de nós não conhece ou não tem alguém que precise do trabalho. Portanto, precisamos apoiar esta iniciativa, aos portadores de deficiência de todas as áreas. E que este dia de hoje também seja um dia especial e de apoio aos técnicos, aos funcionários, a todas as áreas e todos os profissionais da área de Saúde.

Portanto, seu discurso é muito importante e que se leve esta notícia ao Paraná, que se leve ao Governo Federal, porque temos que fazer algumas críticas. As críticas são pertinentes. Eu fui funcionário e sou

ainda, hoje licenciado, da área federal. Mas, no tempo que o Serra foi Ministro da saúde, não havia atraso de pagamento a hospital beneficente nenhum. E hoje, infelizmente, vemos que não tem aquela programação. E parece-me que o Ministro Temporão está fazendo um esforço, mas é importante que a data de pagamento seja muito importante, porque é uma programação de uma entidade, de um hospital, de tudo.

Agradeço esta oportunidade, Dr. Batista, Deputada Rosane Ferreira, que possamos nos somar ao seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PPS)

Muito obrigado.

Quero dizer aos servidores, aos Deputados desta Casa que têm vínculo com a área da Saúde, que o dia a dia nos mostra que um tijolo dura 100 anos. A placa de inauguração também dura 100 anos. Mas, no dia a dia, a pessoa que procura - Deputado Dobrandino da Silva, V. Exa. que é de Foz do Iguaçu e sabe perfeitamente o que estou falando - a pessoa que procura um hospital, uma casa de saúde, ela quer o atendimento. E principalmente o atendimento na hora. Porque quando ela procura, ela vai porque está doente. E este atendimento quem dá são os servidores, os atendentes, os enfermeiros e os médicos. Então, o melhor investimento na área de Saúde é nas pessoas que cuidam dos pacientes.

Falo isso porque Foz do Iguaçu passa por uma crise, Deputado Chico Noroeste, V. Exa. é sabedor disso, temos lá o hospital municipal que com muito esforço, foi iniciado naquela Cidade, até porque a Santa Casa fechou e nós temos esse hospital prestes a ser concluído, agora, com uma verba do Governo Estadual, mas tenho uma preocupação, até porque o centro onde se fazem as cirurgias está fechado por falta de médicos.

Então, não é só a construção, que liberou recursos para concluir a obra. É com atendimento e a regularidade dos serviços de Saúde que eu me preocupo, não só com relação a Foz do Iguaçu, mas em relação a todo o Estado do Paraná.

Um feliz Dia da Saúde para todos os envolvidos e principalmente aos jornalistas que estão aqui, que têm um grande papel na democracia moderna.

Ordem do Dia:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Dr. Batista, constante do expediente, comunicando sua

ausência nas Sessões Plenárias nos dias 02 e 06 de abril, devido a compromissos assumidos anteriormente com lideranças na região de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 034/09, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando reserva do plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 29/04/09 das 8h30 às 12h, para realização de Audiência Pública para lançamento da Frente Parlamentar das Comunidades Tradicionais. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 351/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, recursos para a realização de obras de pavimentação asfáltica, com perfilado na rodovia rural que liga o Patrimônio Nice, Município de Assis Chateaubriand à PR-364. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 352/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado, aquisição de um micro-ônibus para o Município de Santo Antônio do Caiuá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 353/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, a instalação de Delegacia da Mulher no Município de Fazenda Rio Grande. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 354/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral do Ecossistema de Várzeas do Rio Iguaçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1418, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Ordinárias nos dias 07 e 08 de abril do corrente ano. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/09, que propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná a vigorar a partir de 01/05/09. **COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ e CS.**

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 079/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 079/09, em análise, de autoria do Poder Executivo, reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 01/05/09.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, avalia que o valor do menor piso salarial do Estado a vigorar a partir de 01/05/09, foi calculado aplicando-se sobre o salário mínimo vigente, um reajuste de 14,9%, tomando-se por base, para esse cálculo, o índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado em 2008, que pela estimativa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) apontou 5,8%, somando-se a 9,1% que representa o percentual do salário médio de admissão dos trabalhadores paranaenses praticados em 2008, de acordo com os registros do Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecendo-se assim o salário mínimo do Paraná em R\$ 605,52 (seiscentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos), atualizando-se os demais valores dos pisos salariais com o mesmo percentual.

Trata-se de medida que busca manter o poder aquisitivo de determinadas categorias de trabalhadores, consequentemente auxiliando no desenvolvimento da economia paranaense.

Diante do exposto, esta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 01 E 02
AO PROJETO DE LEI Nº 079/09

P A R E C E R :

Relatório

As emendas de Plenário propostas pelos nobres Parlamentares objetivam estender os benefícios do presente projeto de lei a outras categorias trabalhadoras. As duas emendas, 01 e 02, abrangem os servidores públicos estadual, civil e militar, sendo o que a Emenda nº 02 do Deputado Mauro Moraes pretende conceder reajuste na ordem de 14,9% aos Policiais Cíveis e Militares.

Fundamentação do Parecer

É importante destacar que o projeto de lei na sua gênese propõe o reajuste e a fixação de salário-mínimo regional dos integrantes de categorias trabalhistas da iniciativa privada.

As emendas não seguem a mesma sorte na medida em que propõe a inclusão de categorias trabalhistas do poder público, incorrendo em vício de desvio de finalidade. A Emenda nº 01, por exemplo, da Bancada da Oposição pretende estender o benefício a todo servidor público estadual, civil e militar, enquanto que a Emenda nº 02 do Deputado Mauro Moraes, propõe um reajuste de 14,9% aos vencimentos básicos dos Policiais Cíveis e Militares, ativos e inativos, do Estado do Paraná.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece, em seu artigo 66 I, que são de iniciativa do Governador as leis que disponham sobre remuneração para os cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo, *literis*:

(...)

Art. 66. *Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

Sendo a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração competência privativa do Chefe do Executivo não podem as emendas de Plenário prosperar na medida em que desvirtuam a

finalidade do projeto de lei original na sua essência. A razão é simples, enquanto o projeto de lei na sua origem fixa o salário-mínimo regional às categorias dos trabalhadores privados as emendas o fazem às categorias dos servidores públicos. Neste intento as emendas padecem por vício de iniciativa.

Por outro lado incorrem também em vício de legalidade, as referidas emendas, na medida em que estendendo os benefícios do salário-mínimo regional às categorias dos servidores públicos, concedendo-lhes, inclusive, reajustes, como pretende a emenda n° 02 do nobre Deputado Mauro Moraes, ferem frontalmente a Lei Complementar n° 101/00 Lei de Responsabilidade Fiscal, por inexistir neste caso, previsão dos respectivos impactos financeiros.

Desta forma as referidas emendas padecem por falta de Constitucionalidade e Legalidade afrontando tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal encontram óbice legal e constitucional para o seu regular prosseguimento nesta Casa de Leis.

Técnica Legislativa

No que se refere à técnica legislativa as emendas em análise não apresentam nenhuma anomalia técnica de elaboração das leis dispostas pela Lei Complementar n° 095/98.

Conclusão

Diante do exposto sendo inquestionáveis a ilegalidade e a inconstitucionalidade apresentada pelas emendas ao projeto de lei em análise, opinamos pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JUNIOR - Relator

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Caíto Quintana, Reni Pereira, Francisco Bühner e Luiz Fernandes Litro.

Com sua discussão encerrada, está em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

A discussão está encerrada, Deputado Elio Rusch. O senhor quer encaminhar?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas por que encerrada a discussão?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Já saiu com emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ. Saiu daqui, voltou para a CCJ e hoje está no primeiro item da Ordem do Dia. O Senhor pode encaminhar a votação, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agora a senhora vai votar o projeto, ressalvadas as emendas?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sim.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Então, vou discutir as emendas depois.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pois não.

Está em votação, em 2ª discussão, o Projeto de Lei n° 079/09.

Está em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Há sobre a mesa um Requerimento n° 1412, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação da Emenda n° 01 de Plenário apresentada ao Projeto de Lei n° 079/09.

Está em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (PMDB)

Qual requerimento, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O requerimento que requer destaque para a discussão e votação da Emenda de Plenário n° 01, do Projeto de Lei n° 079/09, item n° 01 constante na presente Ordem do Dia.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sra. Presidente, pela Ordem.

(Assentimento)

Gostaria de saber o encaminhamento da Mesa a um requerimento de minha autoria pedindo a anexação do projeto de lei que criava o piso salarial mínimo dos trabalhadores da Educação do Paraná a esse projeto que cria o piso do salário-mínimo regional.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

A Mesa informa que ainda não chegou a esta Presidência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (PMDB)

Sra. Presidente, para encaminhar o requerimento do Deputado Elio Rusch.

(Assentimento)

Sra. Presidente, queria encaminhar e solicitar à nossa bancada, porque as duas emendas têm parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Elas foram rejeitadas pela CCJ por serem inconstitucionais e ilegais, as duas emendas apresentadas. Quero aqui, com base no Regimento desta Casa, propor a votação em bloco das duas emendas. E queria requerer, Sr. Presidente, chamada nominal e votação nominal em relação ao requerimento apresentado pelo Deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós retomamos a presidência.

Quero explicar ao Deputado Romanelli. Realmente tenho sido acusado aqui às vezes de ser democrata demais. E realmente temos que agir dessa maneira. As emendas foram rejeitadas pela CCJ, o Deputado Elio Rusch apresenta um requerimento solicitando destaque para discussão e votação da emenda, nós temos que votar esse requerimento. Se ele for derrubado, aí sim podemos votar as emendas em bloco, nada impede. Acho que o raciocínio é lógico.

Portanto, está em votação o requerimento do Deputado Elio Rusch, que requer destaque para a discussão e votação da Emenda de Plenário nº 01 ao Projeto de Lei nº 079, item 01, constante da Ordem do Dia, emenda esta que recebeu parecer contrário da CCJ por ser considerada inconstitucional. Antes porém, vou solicitar ao 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Não há necessidade de responder presença, apenas para algum Deputado que esteja no gabinete ou coisa parecida.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença do Sr. Irineu Westler, Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores de Francisco Beltrão, juntamente com o Sr. Afonso. Sejam bem-vindos!

Vamos votar o requerimento do Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pedimos destaque dessa emenda porque entendemos que soa como dois assuntos distintos. A emenda do Deputado Mauro Moraes estende o aumento para o quadro da Polícia Militar como um todo. O que pedimos na nossa emenda é que o salário-mínimo regional do Estado do Paraná sirva de salário básico para todo quadro dos funcionários do Estado do Paraná, tanto civil como militar.

Por essa razão, entendemos que é diferente da emenda do Deputado Mauro Moraes. Para que não fique dúvida que são duas emendas distintas, solicitamos aos Deputados para que possamos desmembrá-las.

Vamos votar as duas emendas separadamente e que possamos discutí-las também de acordo com o teor de cada uma.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

As emendas estão com parecer contrário da CCJ. O Regimento prevê que elas sejam votadas em bloco. As emendas tratam de matérias diversas do que legalmente é possível ser avaliado nesse projeto. Os servidores

públicos trataremos neste mês ainda, de acordo com aquilo que esse Governo sempre tem feito. Isso quero encaminhar depois.

Quero pedir à nossa base e aos Deputados que têm plena consciência em relação à legalidade que votem NÃO ao requerimento apresentado pela Liderança da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Prezados Deputados, atentai bem para o requerimento do Deputado Elio Rusch. Ele apenas quer resguardar o direito de votar a sua emenda para assegurar a todos os servidores públicos o salário-mínimo.

Quem votar contra o requerimento do Deputado Elio Rusch estará votando contra o funcionalismo público do Paraná. O Deputado Elio Rusch quer votar a sua emenda para garantirmos que nenhum servidor público no Estado do Paraná ganhe menos que salário-mínimo hoje votado por esta Casa. Por que queremos votar separado? Temos provas que tem servidores públicos que não ganham o salário-mínimo fixado pelo Sr. Governador Roberto Requião.

Ora, se o Sr. Governador Roberto Requião implanta e nós aqui aprovamos, somos favoráveis a um salário-mínimo para a iniciativa privada, o primeiro que tem que cumprir é o Governo do Paraná. Aí vem o Líder do Governo dizer que é inconstitucional. O que é inconstitucional, ilegal e, se formos fazer um ajuste de ação, até imoral, é dizer que o servidor público pode ganhar menos que o salário-mínimo. Aí alguém aqui pode dizer o seguinte: “Não, é o salário básico!”

O que nós queremos, Deputado Guimarães, V. Exa. que representa Cianorte, é que nenhum dos servidores públicos estaduais ganhe menos que o salário-mínimo fixado no Estado do Paraná, mais os aditivos. Cada servidor tem os penduricalhos e não queremos que isso faça o salário do servidor público. Por essa razão, Srs. Deputados, quem votar contra o requerimento do Deputado Elio Rusch estará se posicionando contra os servidores públicos que não ganham salário-mínimo básico do Estado do Paraná.

Era isso, Sr. Presidente. Por isso, pedimos o voto SIM ao requerimento, NÃO ao “pacotão”.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, encaminho favoravelmente à votação em separado, porque ambas as emendas são justificáveis do ponto de vista da legalidade, da constitucionalidade que estamos votando hoje. Inclusive uma que já está gerando polêmica aqui, principalmente com a Bancada do PT, em relação à palavra soldo, isso já está contemplado na Constituição Estadual e é um direito assegurado. Nós só estamos regulamentando nessa lei aquilo que já é uma garantia. Então, não vejo nada de mais no aspecto.

O que poderia padecer de legalidade seria o impacto orçamentário e financeiro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, isso pode ser suprido tanto na Comissão de Orçamento, quanto na Comissão de Finanças, que poderá oportunamente opinar e suprir a falta que existe, até porque quando votamos o orçamento do ano passado existia a previsão já da reposição de parte do salário dos servidores.

Então, no aspecto da legalidade, que é o que nós estamos votando hoje, não é o mérito, ambas as emendas são justificáveis e podem ter a votação favorável, perseverarem aqui nesta Casa e se constituírem num direito adquirido, tanto para os militares quanto para os servidores ativos e inativos do Estado do Paraná.

Não é justo votarmos separadamente um projeto criando regras para a iniciativa privada e perdemos a oportunidade de garantir direitos já adquiridos aos servidores públicos. Por isso que encaminho, não só ao bloco que pertence, mas também a outros Deputados, para que votemos separadamente as emendas para que, pelo menos, possamos discutir de uma maneira mais didática e mais efetiva cada uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação do requerimento do Deputado Elio Rusch, que pretende votar em separado as duas emendas. Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM. Os Deputados que forem contrários, com o advérbio NÃO. Votando.

Vai se proceder à apuração. Encerrada votação. Resultado: 42 Srs. Deputados votaram: 23 Srs. Deputados votaram NÃO; 18 Srs. Deputados votaram SIM. Está REJEITADO o requerimento.

Estão em votação as Emendas n°s 01 e 02, que serão votadas em bloco.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, o meu voto não apareceu no painel, a maquininha não funcionou. Gostaria que V. Exa. computasse o meu voto como NÃO.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Discutir)

Sr. Presidente, eu pedi para discutir, que é uma prerrogativa regimental que o Parlamentar tem, porque na discussão, se algum Deputado quiser se manifestar contrário àquilo que nós achamos, eu ainda tenho o direito, depois do encaminhamento, de fazer o contraditório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou encaminhando a discussão, as duas emendas propostas, uma pela Bancada da Oposição e outra pelo Deputado Mauro Moraes, mas quero discutir a emenda, aquela que apresentamos.

Ora, Srs. Deputados por que os Deputados de Oposição, acredito a Bancada Independente e outros Deputados que dão sustentação ao Governo também, porque neste momento não se discute se o Governo ou se é Situa-

ção, o que se discute, neste momento, é uma questão de justiça, é uma questão que seja aplicado no Estado do Paraná aquilo que o Governador do nosso Estado, Sr. Roberto Requião, quer que o setor privado aplique. Ora, se o Governador instituiu no nosso Paraná e ele tem poderes para isso, e a Assembleia tem aprovado essa lei criando o salário-mínimo regional, e neste momento corrige o salário-mínimo regional em 15%, o Governo do Estado tem que ser o primeiro a dar exemplo para o Paraná e principalmente para os seus funcionários, tanto da civil, quanto da militar. Mas, também mostrar o setor privado que o Governo do Estado aplica o salário-mínimo regional no salário básico dos seus funcionários.

O que estamos fazendo, Srs. Deputados? Nós até vamos recorrer à nossa Constituição, Deputado Nelson Justus, Deputado Durval Amaral e tantos Deputados que nos últimos dias têm falado sobre a Constituição, tanto a Estadual como a Federal. Quem escreveu essa Constituição foram os Deputados em 1889, e vamos ler para os Srs. Deputados: *Artigo 45. São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Parágrafo XII. São direitos do militar estadual: Inciso II - O soldo da classe inicial do Soldado nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei, assegurando a diferenciação decorrente do escalonamento hierárquico.*

Ora, Srs. Deputados, se a Constituição do Estado do Paraná diz: *O soldo inicial do Soldado militar nunca inferior ao salário-mínimo fixado em lei*, qual é o salário-mínimo fixado em lei? Temos o salário nacional e temos o salário-mínimo regional. Se o salário-mínimo regional é fixado pelo Governo do Estado para o setor privado, e para que se aplica? Está aqui no corpo da lei, que diz: *Para os funcionários que não têm dissídio coletivo, que não são sindicalizados.* Para esses, você aplica o salário-mínimo regional. O policial militar do Estado do Paraná tem o soldo inicial de R\$ 319. Quantos funcionários nós temos também na Civil, na Saúde, na Educação, com salário básico inferior ao salário-mínimo regional? É lógico que com os adicionais o Governo vai dizer que nenhum funcionário recebe menos do que o salário-mínimo regional, quem trabalha oito ou 40 horas por dia. Sabemos disso.

Se nós, na Assembleia Legislativa, se o Governo do Estado do Paraná institui o salário-mínimo regional, está aqui na Constituição, para a Polícia Militar tem que existir o salário-mínimo fixado em lei, que estamos votando agora. Queremos apenas que o Governo do Estado aplique o salário-mínimo regional, como salário básico para todos os funcionários, e sobre ele é que vêm os adicionais, seja por tempo de serviço, insalubridade, periculosidade, graduação ou o que for, tudo isso será considerado em cima do salário-básico, que queremos que seja feito.

Espero que os Srs. Parlamentares e que o Governo do Estado atendam, efetivamente, aquilo que ele mesmo quer que seja aplicado. Caso contrário vem aquela frase: "fazer cortesia com chapéu alheio fica muito fácil", ou

outra: “pimenta no olho do adversário sempre será refresco.” Governador do Estado, aplique a lei para seus funcionários, para depois exigir do setor privado do Estado do Paraná. Caso contrário, serão dois pesos e duas medidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró, e em seguida os Deputados Rossoni, Mauro Moraes e Douglas Fabrício. A não ser que V. Exas. queiram fazer uma troca.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Com todo o respeito à amizade que devoto a V. Exa., que é um homem democrático, está claramente no Regimento Interno que na discussão não há limites de Deputados. Todos poderão falar. No encaminhamento são cinco a favor e cinco contra. Pedi para discutir e não para encaminhar, com base no Regimento Interno. V. Exa. diz que estamos encaminhando. Pedi para discutir, que é regimental e o Regimento encaminha para a discussão, tantos quantos os Deputados quiserem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já convenciamos isso. Tenho certeza de que esses cinco Deputados que irão encaminhar, sem dúvida nenhuma representarão todos os outros com galhardia.

Tem a palavra o Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM) (**Para Encaminhar**)

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Registrar a posição da nossa Bancada dos Democratas, que é favorável a essa emenda, que assegura a todo servidor público estadual, civil e militar, o vencimento básico de soldo, respectivamente, igual ao salário-mínimo regional. Nada mais, nada menos do que justo. Temos em nosso Estado um salário-mínimo diferenciado do salário-mínimo nacional. Naturalmente, pelas mãos do Governo do Estado, isso aconteceu, com apoio da Assembleia Legislativa do Paraná, que aprovou essa diferenciação no valor do salário-mínimo. Mas é interessante que a iniciativa privada pague aos trabalhadores do nosso Estado esse nosso salário-mínimo regional. O Governo do Paraná não paga aos seus servidores.

Então, são dois pesos e duas medidas.

Não podemos entender porquê não é feito. Se tem a lei, tem o salário-mínimo, tudo aponta no sentido de que o servidor público estadual tenha também o direito do trabalhador da iniciativa privada. E o Governo do Paraná não implanta esse salário-mínimo para o servidor. Temos uma situação na qual se fala uma coisa e se faz outra. Como tem aquele velho ditado: “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

É isso que está acontecendo. Vamos votar a emenda, o nosso Partido Democratas vai votar a favor dessa emenda, quero pedir a todos os Deputados desta Casa que façam justiça com os servidores públicos do nosso Estado do Paraná, como é feito com os trabalhadores da iniciativa privada.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Discutir**)

Talvez não precise mais do que um minuto, mas vou usar os cinco minutos para confirmarmos quem são os Parlamentares que querem garantir o soldo da Polícia Militar, no mínimo fixado pelo Sr. Governador. Vou me fixar num item aqui, Deputado Rangel e acredito que todos Parlamentares receberam o e-mail, recebi um, a classe de soldado inicial nunca inferior ao salário-mínimo estabelecido em lei, obedecendo ao escalonamento hierárquico.

Srs. Deputados, o soldo da Polícia Militar é de R\$ 319,26. O que queremos garantir com a nossa emenda? Que nenhum servidor público receba menos que o salário-mínimo que estamos fixando aqui para todos os trabalhadores do Paraná. Isso é justo. Não tem nada de inconstitucional. O que não estou entendendo, vejo Parlamentares aqui fazendo a defesa do trabalhador. Quando chega a hora de votar eles não votam com o trabalhador. Vejo Parlamentares se dizendo a favor da classe trabalhadora e deixam de votar aqui o soldo da Polícia Militar. Quem já votou contra o requerimento do Deputado Elio Rusch, já votou contra o servidor público e agora está vindo num “pacotão”.

Por que não querem votar aqui emenda por emenda? Porque, claro, gera desgaste, quem vai votar contra?

Agora, eu ainda acredito na capacidade dos Srs. Deputados, e quero fazer aqui um questionamento e tenho certeza que qualquer cidadão que esteja nos assistindo pela TV SINAL vai entender: é justo para o servidor público que fixemos aqui um salário-mínimo e ele não receba? Não é justo! Se não é justo, vamos votar favoráveis às emendas. Quem disser SIM às emendas estará votando razoavelmente, porque já errou na primeira votação, quando não deixou discutir emenda por emenda.

Por isso, Srs. Deputados, encareço a V. Exas. que, tenho certeza, todos são favoráveis que nenhum servidor receba menos que o salário-mínimo, vão votar SIM a essas emendas propostas pelos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

O SR. MAURO MORAES (PMDB)

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Mais uma vez ocupo esta tribuna, na qualidade de Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, para solicitar a todos que votem favoravelmente a este aumento extensivo aos policiais militares e policiais civis nesta Casa.

Pasmem, senhores, cada vez que vamos dar um aumento aos policiais militares, aos policiais civis nesta Casa, todo mundo diz que é demagogia. Todos nós queremos Segurança. Mas para ter Segurança precisamos pagar melhor os nossos policiais militares e os nossos policiais civis.

Então, é por esta razão que apresentei nesta Casa uma emenda estendendo este benefício de 14,9, que o Governo está dando ao salário-mínimo, a todos os policiais militares e a todos os policiais do Estado do Paraná.

Quando eu apresentei nesta Casa, Srs. Parlamentares, o projeto que concedia o salário-mínimo regional do Estado do Paraná, todo mundo dizia que era demagogia. Arquivaram o meu projeto. Dois meses depois o mesmo projeto que concedia o maior salário-mínimo do País ao Estado do Paraná, voltou a esta Casa. Aí não era mais demagogia, porque daí era uma mensagem governamental. Não era mais a mensagem do Deputado Mauro Moraes. Temos que prestigiar esta Casa. Quando a ideia sair deste Parlamento, temos que aprovar aqui. A constitucionalidade está na aprovação e, conseqüentemente, na sanção do Governador. Tal fato é verdade que a minha ideia, de criar o maior salário-mínimo do País no Estado do Paraná, foi aceita e, posteriormente, aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador Roberto Requião.

Então, não tem demagogia, não. Temos no item pessoal para gastar este ano, na Secretaria da Segurança, 1 bilhão e 11 milhões, quase 40% a mais do que tínhamos ano passado, 746 milhões.

Então, temos dinheiro, sim. Quase R\$ 300 milhões para gastar com pessoal, ou seja, na contratação de mais policiais militares, mais policiais civis, e dar um aumento, mas que seja um aumento significativo aos policiais militares e aos policiais civis do Estado do Paraná.

Todos sabemos que o Paraná vive uma verdadeira epidemia do crack e precisamos muito da ação da Polícia, tanto a Militar, quanto a Civil. Pois elas não podem, efetivamente, trabalhar com descontentamento.

Eu recebi mais de 2 mil e-mails, de policiais militares, civis do Estado do Paraná, dizendo que se não houver um reajuste haverá uma turbulência em nossos quartéis, em nossos batalhões. Acredito que isso seja verdade. É inadmissível que um policial ganhe a metade do que ganha um agente penitenciário. Não estou aqui a dizer que o agente penitenciário está ganhando demais. Muito pelo contrário, ele está ganhando um salário digno. Quem está ganhando pouco, muito pouco, alguém das suas necessidades, são os policiais militares e civis.

Temos que parar de cada vez que tentamos dar um aumento aos policiais e falar que isso é demagogia.

Não tem demagogia, não. É a Segurança que precisamos ter no Estado do Paraná. Hoje sabemos que estamos vivendo uma escalada do crime que não tem mais fim. Oitenta por cento dos crimes contra a vida e patrimônio tem origem nas drogas; 80% das drogas que são distribuídas a todo Estado Brasileiro vem de nossas fronteiras.

Gostaria de pedir a todos os Pares desta Casa, que se efetivamente queremos Segurança para o Estado do Paraná, temos que dizer sim, ao aumento dos policiais militares e civis. Conto com os votos de vocês. Os policiais militares contam, os policiais civis também contam, com os votos dos Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o último orador inscrito, para discutir, o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, me parece, Deputado Durval que não vai adiantar falar, porque já perdemos na votação do requerimento.

Então, significa dizer para quem está nos assistindo, para quem imagina que nós possamos ganhar essa votação aqui, como diz o ditado popular: “É chover no molhado.” Nós não vamos ganhar a votação.

Pelo que vejo, os policiais militares não vão ter o aumento que nós gostaríamos que eles tivessem, nem os professores e nem o pessoal da Saúde. Por que não vamos ter? É fácil de explicar, porque agora vai ser votado aqui. O meu discurso aqui, o meu argumento, talvez não convença os Deputados da base do Governo, porque agora ficou bem claro, os Deputados de Oposição querem que o mesmo aumento que vai ser dado à iniciativa privada seja dado também aos funcionários públicos de uma maneira geral. Não só para os policiais. Mas também a nossa opinião é que deve ser dado esse aumento a todos os funcionários públicos que fizeram concurso, que estudaram, etc.

Lembro-me muito que no ano passado nós ficamos aqui discutindo até altas horas da madrugada e perdemos a discussão. Os funcionários públicos não tiveram o aumento que nós propusemos, que nós cobramos do Governo.

Quando a Oposição, alguns Deputados pegam e oferecem emendas ao projeto do Governo, para poder melhorar a situação salarial dos funcionários públicos, os Deputados da base do Governo - nem todos é claro, mas alguns - dizem que é demagogia.

Essa palavra demagogia ficou bem falada aqui na Assembleia. Cada passo vem um Deputado dizendo demagogia. O que eu entendo por demagogia é dizer assim: “Ou o pedágio baixa, ou acaba”. Isso é demagogia. É dizer que no Paraná não tem problema de Segurança. Isso é demagogia. É defender ali naquela tribuna que está

às mil maravilhas a situação da Saúde no Paraná. Isso é demagogia. Porque quando fala para aumentar o salário dos funcionários públicos, o melhor Governo do mundo, não quer. Porque muitos dizem que o Governo Requião é o melhor Governo do mundo, mas é uma mentira.

Então, Srs. Deputados, é muito simples. Agora, cada um aqui tem um voto, deve ter aqui quase uns 50 Deputados hoje, cada um com um voto. Se cada um por a mão na consciência e votar a favor do funcionalismo público, é só votar sim a essas emendas. Votando sim, vai aprovar; aprovando, naturalmente a Assembleia deu o recado que quer que melhore o salário do funcionário público.

Daí o Governador pode vetar, se ele não quiser dar o aumento. Agora, não pode discursar em todo o lugar que todo o Paraná tem o maior salário-mínimo regional do Brasil. Por outro lado também pode se dizer que é o menor soldo da Polícia Militar do Brasil.

Vi ainda há pouco, os funcionários da Saúde aqui, reclamando de salário, sobre os policiais militares não preciso nem falar. Só de ver a questão da falta de Segurança que está no Paraná, já percebe-se que eles estão precisando ganhar melhor.

Quero pedir além do meu voto, posso falar pelo meu voto, já sei de alguns votos aqui: Deputados Durval, Marcelo Rangel, Belinati, Elio Rusch, Rossoni, Mauro Moraes, Ney Leprevost, já sei que vão votar junto conosco. Vou fazer um pedido aqui para o pessoal do PT - Partido dos Trabalhadores. Quando fala em salário, fala em trabalhador, então, naturalmente vamos melhorar o salário dos trabalhadores que trabalham no serviço público. Votam SIM o povo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Para encaminhar estão inscritos os Deputados Belinati, Ney Leprevost, Marcelo Rangel e Jocelito.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente, eu me inscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto o Deputado Péricles se vai encaminhar a favor ou contra?

SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Vou encaminhar a favor do parecer. Contra as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Portanto está inscrito o Deputado Péricles.

O Deputado Antonio Belinati, por gentileza.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, caros colegas. O Deputado Rossoni mencionou aqui a vergonha que é o soldo de um soldado da Polícia Militar, R\$ 319.

Hoje à noite, daqui a pouco no Big Brother Brasil, a Priscila vai levar 1 milhão para a casa. Eu estava fazendo o cálculo aqui de um Soldado, o soldo, um Soldado vai ter que trabalhar 300 anos para levar para casa 1 milhão, que a Priscila vai levar hoje do Big Brother Brasil.

Eu sou um dos subscritores, assinei essas emendas para aplicar para todo servidor o mesmo reajuste que o Requião conseguiu - parabéns ao Requião - para a iniciativa privada. Não estamos contra, não, mas queremos o mesmo benefício para o pessoal da Polícia Militar. Quantos policiais morrem no combate aos bandidos e o Governo, às vezes, não manda uma telegrama, não manda flores para viúva? Quantos servidores públicos acabam tendo esgotamento, passam à base de remédio, estão endividados até as calças em agiotas, financeiras? Então, assinamos essas emendas para estender a todos os servidores. Só lamento que hoje não tem nem mosquito aqui nas galerias, a não ser os valorosos servidores da área da Saúde. Parabéns ao SindSaúde, mas a maioria está trabalhando.

Meu Deus do Céu, o que está acontecendo? Onde estão os representantes dos policiais? Se as galerias estivessem lotadas, essas emendas iam ser aprovadas! Já vi muito Deputado mudar de voto para não ser acuado pela galeria. Mas hoje, como está vazia a galeria, menos de 30 servidores da Saúde, infelizmente, não é querer ser pessimista, mas como não estão aqui os representantes dos policiais, dos professores, dos servidores das várias Secretarias, queira Deus que eu esteja equivocado, mas nós vamos bater, bater, defender que tem que estender para o policial os 15%, tem que estender para o servidor público de um modo geral o aumento, e quando se processar a votação, muito provavelmente nós da Oposição estaremos derrotados, porque as galerias estão vazias. Daqui a pouco teremos o resultado.

E tem aquele caso que sabemos, Durval Amaral, mas não consigo entender, às vezes votamos cada matéria bonita em benefício do povo. O Requião veta e quando vem para cá, quem votou a favor, às vezes até o autor do projeto, na hora do veto, ele vota contra o projeto dele mesmo. Quantas vezes nós da Oposição ficamos solidários a um projeto de um Deputado, que foi vetado pelo Governador, mas o próprio Deputado está amarrado porque indicou um monte de chefes de núcleos das várias Secretarias, encheu de gente no Governo. Então, ele está amarrado até os dentes com o Governo. Ele não pode contrariar o Requião. Isso é um negócio histórico.

Como é que um Deputado um dia vai contar para os filhos e para os netos: "Apresentei um projeto, mas para não desagradar o Governador eu votei contra o meu próprio projeto que foi vetado pelo Governador". Então, nobres Deputados, ninguém será eleito Deputado se trair os servidores públicos do Paraná. As galerias estão vazias, mas a notícia vai se espalhar pelo Paraná afora. O painel estará registrando quem são os verdadeiros amigos e amigas dos servidores do Paraná. Não tenho dúvidas, diz o Traiano, eles vão acabar imprimindo jornal e

rodando no Paraná. Quem votar contra as emendas estará votando contra os servidores. E daqui a um ano e pouco vai dar dor de barriga, disenteria em muita gente que vai voltar para casa derrotado porque veio para cá e traiu a confiança dos servidores públicos. Votem a favor das emendas!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Ney Leprevost.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Deputado Antonio Belinati, outro dia desses o Governo do Estado quis aprovar aqui nesta Casa um projeto de lei, uma lei que já existia, de autoria do ex-Deputado Ratinho Júnior, e os Deputados que votaram contra ou que saíram da Sessão para não votar, ou por outros motivos, foram alvo de um panfleto da CUT dizendo que esses Deputados votaram contra o povo.

Pergunto-me: será que agora a Central Única dos Trabalhadores vai fazer um panfleto contra os interesses dos servidores públicos do nosso Estado? Subi aqui nesta tribuna no início da Sessão e prometi aos servidores da Saúde, que estão aqui desde as 14h, ouvindo um discurso atrás do outro, que votaria a favor dos servidores públicos estaduais. Vou cumprir a minha palavra.

Vou ficar aqui hoje até a hora que for necessário para ajudar a aprovar essas duas emendas. Uma que garante a todos os servidores públicos estaduais do Paraná o mesmo benefício salarial que o Governo do Estado propôs para a iniciativa privada, assegurando aos servidores civis e militares vencimento básico e soldo exatamente igual ao previsto no inciso I do artigo 1º da lei que foi votada e aprovada pelos Deputados. Assinei, inclusive fui signatário junto com os Deputados Douglas Fabrício, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Plauto Miró Guimarães, Cida Borghetti, Rossoni, Belinati, tem algumas assinaturas que não reconheço aqui. O Deputado Durval Amaral, o Reni Pereira também assinaram.

Quanto à questão da Polícia Militar, não consigo entender certas coisas que o Governo faz. Deputado Mauro Moraes, vou ter que dar a mão à palmatória e reconhecer que o seu discurso aqui foi muito feliz. Hoje vemos o esforço do Delegado Geral da Polícia Civil, vemos o esforço do Comandante da Polícia Militar, vemos o esforço dos Soldados, o esforço dos agentes da Polícia Civil para melhorarem a Segurança Pública do nosso Estado. O próprio Secretário da Segurança tem se mostrado empenhado nessa questão.

Repentinamente quando se tem uma oportunidade de aumentar os salários de toda a Polícia Militar, o Governo se posiciona de forma contrária, talvez porque a ideia não tenha nascido dentro do Palácio. Talvez, Deputado Mauro Moraes, porque tenha sido o senhor o proponente dessa ideia.

Ora, todos os centros urbanos do Paraná, de Curitiba, os Municípios da Região Metropolitana, estão clamando por mais segurança pública, e não se faz

segurança pública digna sem remuneração elevada aos policiais militares. A Polícia Militar do Paraná merece ser bem paga, precisa ser bem paga para poder trabalhar com tranquilidade. E o que está sendo proposto aqui é muito pouco diante do que se faria necessário, mas é possível no momento.

Ora Srs. Deputados! Votar contra um aumento para a Polícia Militar, neste momento, é votar contra o povo, contra a segurança pública no Paraná. Precisamos ver a criminalidade sendo combatida, e para isso precisamos ter nossa Polícia bem treinada, bem equipada, bem preparada e bem remunerada.

Por isso, o meu voto eu não mudo. Já votei várias vezes com o Governo. Mas hoje, estou votando firme e ficarei aqui até a hora que for necessário, ao lado da Bancada da Oposição, para que estas duas emendas sejam aprovadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel, dando prosseguimento ao encaminhamento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores servidores.

Chegou a hora, chegou o grande momento. Estamos votando o novo salário-mínimo regional do Estado do Paraná. Mas, muitos não vão receber este novo salário. Muitos não terão o mesmo direito. Infelizmente. Sabem quem são estas pessoas que não terão direito a este salário-mínimo regional que será votado dentro de instantes? São aqueles responsáveis pela nossa segurança. São aqueles responsáveis pela nossa saúde. São aqueles responsáveis pela educação no Estado do Paraná. São os funcionários do povo, que servem o Governo do nosso Estado. Servidores da área da Saúde, e vemos aqui alguns representantes. Quantas e quantas vezes viemos a este tribuna para defender a valorização profissional dos nossos policiais? Chegou a hora. É este o grande momento. Agora, aqueles servidores que estão servindo o nosso povo, estão a serviço do Governador do Estado do Paraná, por que estas pessoas não têm este mesmo direito? Por que esta discriminação? É o que estou perguntando a todos os cidadãos paranaenses.

Vamos votar a favor destas emendas. O meu voto é certo. Terei orgulho na minha história em poder dizer que um dia eu votei pela emenda que iria favorecer, que daria o mesmo direito aos servidores públicos, principalmente para os policiais militares, o direito que estaremos votando para todos os cidadãos trabalhadores do Estado do Paraná.

Estamos discutindo o salário que a empresários vão pagar. Estamos discutindo os salários que as donas de casa irão pagar às suas assessoras. Estamos discutindo o salário que o dono da mercearia, do açougue, vai pagar para o seu funcionário.

E por que, eu pergunto aqui e deixo no ar, se a dona de casa pode pagar o salário-mínimo regional para a sua assessora do lar, se o dono do botequim ou da mercearia, de açougue, vai poder pagar este novo salário-mínimo para o seu trabalhador, porque o Sr. Governador não pode pagar este mesmo salário mínimo para que os seus funcionários, os seus subordinados?

É isto o que eu deixo no ar. Não consigo entender. Srs. policiais, quantas vezes reivindicamos o Plano de Cargos e Salários para todos os servidores? E o tempo foi passando. Muitas e muitas vezes ocupamos esta tribuna e outros Deputados, outros Parlamentares que votarão junto conosco vão votar SIM pelas emendas e vão deixar seus nomes registrados para todos os servidores, para que todos os policiais paranaenses possam saber como cada um dos Deputados defende estas classes.

Pois bem. Agora chegou o momento. E eu ouvi, aqui, alguns falarem que as emendas são ilegais, que são inconstitucionais. Pois eu vou falar de Constituição. A Constituição do Estado do Paraná assegura esse direito no artigo 45, que foi lido aqui, mas volto a repetir, para que fique registrado mais uma vez nos Anais da Assembleia Legislativa. O artigo 45 é claro: *Aplica-se o salário-mínimo vigente no Estado ao soldo básico dos policiais militares*. Está na Constituição. Isso é constitucional e não está sendo cumprindo. Hoje o soldo de um policial é de pouco mais de R\$ 300, ou seja, não acompanha nem o salário-mínimo vigente no País. Isso é imoral! Além de ilegal, é imoral.

E agora me dirijo aos servidores. Senhores servidores, senhores policiais, servidores da Saúde, servidores da Educação, vamos ter fé. Que tal hoje seja um dia de vitória na Assembleia Legislativa! Vamos torcer para conseguirmos aprovar essas emendas, dizendo SIM para um salário justo para os nossos servidores, que trabalham para o nosso povo.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Imagino o que as pessoas que assistem a Assembleia pela TV SINAL ficam pensando. Que demonstração de demagogia as lideranças do povo do Paraná apresentaram nesta televisão. E o povo deve ficar se perguntando assim: “O Deputado do PPS sobe na tribuna e ousa cobrar dos Deputados do PT um voto. Aqueles setores do Brasil que sempre foram favoráveis ao estado mínimo, que acusam nos órgãos que controlam no Brasil, ideologicamente, em todos os canais de televisão, que acusam o Governo Lula de estar aumentando o custeio da máquina pública, de estar inchando o Estado, de estar aumentando o mínimo como ele aumentou, partido que sempre lutou pelo mercado interno, esses aqui vêm agora passar por defensores dos funcionários públicos.”

Não é à toa que o plenário não está cheio como estava em outras jornadas, porque os funcionários sabem quais são os partidos na sociedade brasileira que têm uma história de luta a seu favor, a favor do desenvolvimento do mercado interno, a favor da distribuição de renda, a favor do reconhecimento do funcionário público como resgate da cidadania. Eles sabem disso e, por favor, Deputado Douglas, o PPS, que combate o Governo Federal de todas as formas possíveis e imagináveis, vir querer cobrar da Bancada do PT posição sobre funcionário público? Isso é uma piada e nós não aceitamos!

Fui Prefeito de Ponta Grossa e as pessoas sabem que Prefeito eu fui para os funcionários. Se pegarem os jornais da semana passada, os funcionários da Saúde, inclusive agentes comunitários, estão cobrando aquilo que no meu Governo acontecia e faz cinco anos que não acontece mais; está pior agora do que há cinco anos, quando eu era Prefeito. Agora, essa demagogia! Nós conversamos com o Fórum da Saúde e eles também querem os 15%. Então, vamos fazer uma emenda dando para todos eles os 15%. Isso resolve? Não, porque nós sabemos que se a emenda for aprovada, o Governo do Estado entra com uma ação na Justiça e derruba a emenda. Vamos parar de brincadeira!

Ora, é muito estranho, para quem assistiu o que o Governo neoliberal do Paraná fez com os funcionários públicos, a terceirização acelerada do serviço público, a falta de concursos e quem está vendo o combate que sofremos a nível federal, porque o Governo Federal quer reconstituir o Estado que foi dilacerado, seja no IBAMA, no INCRA, Saúde e assim por diante.

Agora, vir querer cobrar da Bancada do PT uma posição demagógica nesse sentido, não. Essa carapuça para nós não serve. E nós aceitamos que partidos que tenham uma história privatista, desrespeito ao Estado brasileiro, ao funcionário público, venha querer cobrar dos Deputados do PT uma posição. Sabemos da posição que defendemos nesta Casa. Agora, esse Governo, fazemos parte desse Governo sim, e com muito orgulho; criticamos em muitos pontos, sabemos criticar.

Nós montamos aqui uma comissão de Parlamentares para defender o piso nacional do magistério. O Governador é contra, entrou com uma ação contra. Nós combatemos isso e vamos continuar combatendo. Estaremos na rua junto aos servidores, com uma negociação com força junto ao Governo, inclusive com o nosso Secretário Enio, para conseguirmos um aumento cada vez maior. Eu lutei pelos funcionários na universidade, não por isso, mas lutei muito, conseguiram o aumento que há muitos anos não acontecia, Deputado Elton. A APP-Sindicato, está aqui o Deputado Lemos, este sim sabe lutar nas ruas, ele sabe a conquista que a APP teve neste Governo comparado com os Governos anteriores, e temos que distinguir, porque senão fica uma coisa oportunista.

Então, faço um apelo, inclusive aos Deputados do PT, que votemos de forma unida. Fazemos parte deste Governo, vamos para as ruas quando for necessário, vamos negociar a favor dos funcionários, Agora, por favor, a demagogia, que não vai levar a nada, criando uma falsa expectativa nos servidores e nos policiais militares de que se nós aprovarmos essa emenda vai resolver a situação dos policiais, isso não é verdade, porque o Estado vai entrar com uma ação e vai ganhar, porque é ilegal. Por isso que nós vamos votar, não contra a Polícia Militar, pelo contrário, não contra os servidores, sempre a favor, mas com relação à constitucionalidade está provado que essas emendas não cabem neste momento, e quem quer lutar de verdade pelos servidores públicos tem outras maneiras de lutar, e não com demagogia dentro desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me move a estar aqui nesta tribuna nesta tarde é para viver um grande momento de uma discussão histórica nesta Casa. Eu lembro-me que na semana que passou fui alvo de vaias das galerias desta Casa, até porque aquela tão gloriosa Força Sindical, que costumeiramente escolhe Deputados para serem traidores do Paraná, colocaram as nossas fotos, Deputados, para o Paraná inteiro, porque nos colocamos contrariamente à PEC do Governador Roberto Requião, que falava sobre a possibilidade de cortar benefícios às que pudessem demitir.

Mas essa não é a função da Força Sindical, tenho a leitura de que a função da Força Sindical é advogar a causa do trabalhador, independente de ele ser policial, da Saúde, professor, ela tem a missão de encarnar o sentimento e as dificuldades do trabalhador, como um todo. E esta Força Sindical é falha, só vem aqui manipulada, muitas vezes por lideranças políticas do Governo do Paraná, e vem aqui para afrontar os Deputados que têm posição contrária. Cadê, senhores paranaenses, a presença da Força Sindical neste dia tão importante, em que as Oposições apresentam uma emenda com o objetivo de corrigir uma distorção? Não podemos permitir que os funcionários públicos do Estado do Paraná, a grande maioria deles, estejam vivendo com um salário inferior ao salário-mínimo como salário básico.

O Governador Roberto Requião impõe às empresas paranaenses uma condição de comprometer, muitas vezes, as suas estruturas financeiras. Por outro lado, no momento que se tem a oportunidade de dar a igualdade de condições ao trabalhador deste Estado, acaba cadastrando, frustrando a possibilidade de darmos a igualdade de condições a eles.

Lamento assistir o discurso do Deputado Péricles de Mello, que chama os Deputados da Oposição de demagogos. Demagogos são aqueles que mobilizam a Força Sindical, que mobilizam muitos trabalhadores, muitas vezes pagos pelo dinheiro do Governo, e enchem as galerias para aplaudir os Deputados do PT. Esses sim são demagogos. Nós aqui estamos advogando a causa maior, Sr. Presidente. E V. Exa., com muita firmeza e determinação, na semana passada usou o seu poder enquadrando aqueles que, volto a repetir aqui, chamei de baderneiros, porque os trabalhadores sérios deste Estado, com certeza, não vêm aqui para criar nenhum tipo de tumulto ou animosidade para com as forças políticas que aqui representam os mais diversos segmentos deste Estado.

Portanto, para que o Paraná inteiro saiba, faço um apelo: cadê a Força Sindical do Paraná? Aqui não estão para defender os trabalhadores da Saúde, que estão aqui em minoria neste plenário, reivindicando os seus direitos. Cadê a Força Sindical que aqui não está para advogar a causa dos nossos funcionários públicos, que recebem, como salário básico, apenas R\$ 315, enquanto o salário-mínimo imposto pelo Governador chega à ordem de R\$ 500?

É um contrassenso. E o Paraná tem que entender que aqui estamos advogando a causa maior dos paranaenses. Não estamos olhando aqui a cor partidária. Estamos aqui buscando a igualdade de condições para todos os trabalhadores.

Por isso, quero, mais uma vez, reafirmar de viva voz que gostaria que a Força Sindical aqui estivesse para advogar a favor do trabalhador paranaense e dos nossos funcionários públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava ouvindo aqui o discurso do Deputado Elio Rusch e me chamou a atenção o seu achado maravilhoso na Constituição, em que o soldo não pode ser menor que o salário fixado. Achei especular! Só que isso foi feito na Constituição de 1988. Foi há muitos anos atrás.

Pergunto a V. Exa.: de lá para cá vem sendo cumprido isso? A partir daquela inserção desse artigo na lei estadual, ela vem sendo cumprida? Desde que se inseriu esse artigo na lei, que me parece ser diferente da federal, ela foi cumprida até aqui?

Deputado Valdir Rossoni, atentai V. Exa., lá na Câmara Municipal de Curitiba teve um aumento esta semana. Semana passada teve a votação do aumento dos servidores de Curitiba, que é comandada pelo PSDB. Sabe quanto que é o aumento? É 6,5%. A Oposição fez três emendas. Sabe quem é a Oposição lá, Mauro Moraes?

A Oposição é o PT e o PMDB. Lá é o contrário. Lá quem fez as emendas foi a Oposição, que aqui é a Situação. E aí a Situação lá derrubou as emendas da Oposição, que aqui faz emendas contra o salário dos senhores, que está sendo votado hoje.

Veja como é. No Governo Municipal, PPS, PDT, todos partidos da base do Prefeito Beto Richa, que são 38, só tem cinco que são da Oposição. PPS, DEM, PSDB, todos votaram pelo aumento e não votaram, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. foi Vereador, não concederam três emendas da Oposição; 14.61, abono de faltas e crescimento vertical e horizontal. A Oposição lá perdeu. Quem era da Oposição lá? PT e PMDB. Quem era da Situação lá e não concedeu a emenda? DEM, PSDB, todos os partidos que aqui são Oposição. É assim que se faz política. Gente que está em casa, é assim: quando é Oposição, faz uma coisa; quando é Situação, faz outra. É assim o Parlamento.

Quero dizer que não vou votar a favor, porque agora não é hora de se votar, Deputado Elio Rusch. Agora não é hora, não! A data base dos servidores é em maio. Aí vai vir o aumento para cá. Aí, Deputado Elio Rusch, eu vou votar na sua emenda. Mesmo sendo inconstitucional, vou votar a favor. Já vou deixar bem claro que, em maio, quando vier a data base, baseado nessa lei que tirou lá do baú o Deputado Elio Rusch, que nunca sei se foi cumprida no Paraná, vou votar a favor, aí sim, da emenda do Deputado Elio Rusch. Na data base. Aí acho que é o momento, porque agora, Deputado Durval Amaral, V. Exa., professor de nós todos aqui, é hora de apresentar emenda? V. Exa. disse não na CCJ! A CCJ disse não! A CCJ é o cérebro desta Casa! Então, vamos fechar a CCJ se ela disse não!

Deputado Elio Rusch, na data base, conte comigo para cuidar dos servidores, para dar esse aumento que diz que está na Constituição. V. Exa. Levantou. Aí é a hora de votar. Agora, estamos votando um outro projeto que a lei não permite fazermos essa emenda. Não permite não! V. Exa. sabe disso. Nós podemos fazer essa emenda, fazer cumprir a emenda que V. Exa. diz que está na Constituição, é na data base! V. Exa. sabe disso! Na data base, mesmo sendo inconstitucional, podemos até fazer um pouco de política e dizer que somos a favor. “Vamos votar a favor para passar aqui e aí derrubar. Sabemos que vão derrubar, mas vamos votar”.

Então, Sr. Presidente, quero deixar muito claro meu posicionamento a respeito deste momento. Agora, não cabem essas emendas, disse a CCJ. Eu acompanho a CCJ e quero dizer ao Deputado Elio Rusch: atentai V. Exa.! Atentai! Quando vier o reajuste, mesmo sendo inconstitucional, eu vou votar politicamente, como fazem os Vereadores de Curitiba. Daí eu votar politicamente. Lá na frente. Agora, hoje, não é hora de votar. Hoje, é hora de votarmos o salário-mínimo. E aí sim, quando vier o reajuste de maio, estarei votando a favor,

porque quero aumento para os servidores, para os professores, para os policiais. Para os policiais que todo mundo só usa, abusa, “mete o cacete” e daí, quando vem dar aumento, é aquele discursinho que já vimos.

Presidente, quando vier a data base, estarei a favor. Câmara de Curitiba: Lá é o contrário daqui e aqui é o contrário de lá. Basta Oposição ou Situação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Quanto aos ânimos exaltados aqui nesta Casa. Ao mesmo tempo, eu ouvi falarem aqui, e, olha, tenho resistido a empregar a palavra, o vernáculo demagogia. Tenho resistido a poder, de fato, não criar nenhum constrangimento, mas não posso deixar de falar, pelo menos, uma única expressão aqui: demagogia é o Deputado que integra a Bancada de Oposição, aqui nesta Casa, e faz discursos valentes, e quando vai para as suas bases do interior, sobe nos palanques, vai às rádios, se finge como se fosse, e diz: “Sou Deputado, estou trabalhando, olhem aqui, estou trazendo ônibus para os Municípios, vou trazer uma Clínica da Saúde da Criança e da Mulher, estou fazendo a reforma dessa escola.” Aí, alguém avisa: “Olha, está saindo ali também a verba para a Santa Casa”. E o Deputado: “Olhem, estou conseguindo a verba da Santa Casa”. Isso é demagogia! Não dá para ser Oposição, aqui nesta Casa, a ser Governo, porque sabem muito bem que quando chega na vida real, no mundo real, sabem muito bem que o nosso Governo é avaliado, tem 70% do povo.

O SR. CARLOS SIMÕES (PR)

Qual é o Deputado?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não vou fulanizar. V. Exa. que é um leal companheiro nosso de Governo e que distribui neste Estado só benefícios para o povo sabe muito bem de quem estou falando, são os Deputados que são Oposição e na Base ficam travestidos como se fossem Governo, porque sabem que este Governo tem o apoio do povo. É pesquisa de opinião, 70% acham que o Requião está certo, 57% acham o Governo bom e ótimo. Eu sei que dói muito em alguns Deputados de Oposição chegar às bases de mãos vazias, enquanto os Deputados leais que apoiam este Governo, por apoiarem o Governo têm a oportunidade, trabalhando junto com as reivindicações, levar, é claro, aquilo que é fundamental para os Municípios e para as comunidades que representam. Por isso, leais companheiros e companheiras que integram a nossa base e que apoiam o nosso Governo, o que está em jogo, aqui, hoje, não vou usar agora a expressão

demagogia, vocês viram quem desfilou por aquela tribuna foram os Deputados que durante um longo período pagaram salário de arrocho para o servidor público, que disseram não para que a massa salarial, para que os Planos de Cargos e Salários pudessem ser inviabilizados, o que não fez o nosso Governo que aumentou a massa salarial, que fez concurso público, que melhorou a vida dos servidores públicos. Hoje ouvi ali um dos Deputados, pelo menos a mulher deve ter reclamado: “Olha, a nossa empregada doméstica aqui de casa não pode ganhar R\$ 629”, porque estava reclamando do valor do salário da empregada doméstica.

Ora, sinceramente, hoje não era para esta Assembleia Legislativa estar discutindo esse discurso completamente inócuo que é para jogar para a plateia, que não é com seriedade que é feito, até porque todo mundo sabe que o artigo 27, inciso X, exige lei específica para tratar a questão do servidor público. Jogar para a plateia é fácil; o duro mesmo é ser Governo, para que tenhamos política salarial como o nosso Governo tem, e que faz revisão anual de salário, como daqui a alguns dias nós estaremos aqui votando a lei que vai fazer a revisão geral dos salários dos servidores.

Por isso, quero pedir à nossa base, que é integrada por homens e mulheres que acreditam no nosso Governo, na seriedade das nossas propostas, para que rejeitem essas emendas, votando com a expressão NÃO, porque o nosso Governo é a favor do maior piso salarial deste País: R\$ 629.

É disso que precisamos nos orgulhar. Esta Casa está promovendo um grande debate, sobre o benefício que estamos fazendo para 170 mil servidores, pessoas que recebem salário-mínimo no Estado, para 1 milhão que não têm carteira assinada, mas que serão beneficiadas para as categorias sindicalizadas, que terão como referência o novo piso salarial do Paraná. Por isso vamos votar com a expressão NÃO, rejeitando este discurso fácil, que é para jogar para a plateia e que não tem base enfática da realidade e as emendas são flagrantemente ilegais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à votação. Vamos votar as duas emendas em bloco.

Quarenta e cinco Srs. Deputados votaram: 26 NÃO; 18 SIM. Estão rejeitadas as emendas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Solicitar a V. Exa. que determinasse ao pessoal da informática, para que passassem a relação da votação, para mostrarmos para a sociedade deste Estado quem votou a favor e quem votou contra os funcionários do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 511/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que veda a participação remunerada em mais de um conselho administrativo, fiscal, de ética ou equivalente, de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/08, de 24/11/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/09, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Funcionários e Amigos do Núcleo Regional de Educação de Londrina - AFUNEL, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/09, de 23/03/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao Município de Arapongas, área de terra, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo, a efetuar a cessão de uso do imóvel sito nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/09, de autoria da Comissão Executiva, que disciplina as normas para nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa em geral, bem como de assessores e secretários parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01,
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/09

O Deputado subscritor apresenta, com os devidos apoimentos, a presente emenda aditiva ao Projeto de

Resolução nº 003/09, que disciplina as normas para a nomeação e exercício de servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como de assessores e secretários parlamentares para atuação dentro do Estado do Paraná:

Acrescente-se parágrafo único ao artigo 2º do projeto de resolução, com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

Parágrafo Único - Admite-se a nomeação de especialista, devidamente habilitado e/ou de competência técnica específica, para fins de assessoramento nas áreas jurídica, informática, comunicação, finanças públicas, entre outras, em dedicação parcial, com prestação de serviços a critério do Parlamentar, desde que atendidos os requisitos descritos no artigo 1º desta Resolução.”

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Edson Strapasson, Jonas Guimarães, Jocelito Canto e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta emenda é viabilizar aos Parlamentares ter a sua disposição, de forma continuada, assessoria técnica, em áreas que exigem conhecimentos específicos, como por exemplo, assessoria jurídica parlamentar, assessoria em comunicação, assessoria em finanças públicas, entre outras, a ser prestada por profissionais de reconhecida capacidade técnica, os quais podem prestar melhor serviço especializado a partir de seus próprios locais de trabalho profissional, sem dedicação integral ou exclusiva, desde que observadas as condições legais de nomeação descritas no artigo 1º desta Resolução.

Para os trabalhos ou consultorias eventuais o Projeto de Resolução nº 005/09 admite o uso de recursos de ressarcimento, mediante a apresentação do devido Recibo de Prestação de Serviços (RPA); no entanto, determinadas assessorias especializadas exigem a disposição contínua de um profissional da área, o que comporta a manutenção de seu trabalho mediante vínculo prolongado, na forma de nomeação em cargo de confiança. Porém, até para dispor de assessoria de um profissional de vasto e complexo conhecimento da área, importuno e, às vezes, até inviável exigir a sua presença em tempo integral no gabinete ou escritório do Parlamentar.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/09, de autoria da Comissão Executiva, que institui e regula a divulgação de informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - rede internet - denominada Portal da Transparência Pública e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 004/09

O Deputado subscritor apresenta, com os devidos apoios, a presente emenda modificativa corretiva ao Projeto de Resolução nº 004/09, que institui e regula a divulgação e informações pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por meio eletrônico de dados - rede mundial de computadores (internet) - denominada Portal da Transparência Pública e dá outras providências.

Propõe-se a alteração da redação do artigo 3º do Projeto de Resolução, como seguinte texto substitutivo:

“Art. 3º O acesso ao Portal da Transparência deverá ser efetuado através de atalho (link), representado por imagem gráfica (banner), com identificação visual específica, constante na página inicial do sítio eletrônico (site) da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, na Rede Mundial de Computadores (internet), representado pelo endereço: <http://www.alep.pr.gov.br>.”

Sala das Sessões, em 07/04/09.

(a) ELTON WELTER

Apoioamento:

Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Péricles de Mello e Chico Noroeste.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta emenda é contribuir para uma redação que dá preferência aos termos vernáculos, ainda que se utilize em parênteses o equivalente em inglês, dado ao uso mais comum dos referidos termos.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 005/09, de autoria da Comissão Executiva, que promove alterações na Resolução nº 003/04 e dá outras disposições. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1386, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1387, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1391, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1417, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 1401, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1413 e 1423, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1414 e 1420, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1405, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1424, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1419, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 040, 079 e 093/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 177, 233/08 e 027/09; e do Projeto de Resolução nº 006/09.

Levanta-se a Sessão.

